



**EDITAL Nº 90014/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026 - SEMA/PMT**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00049.001454/2025-39**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE TERESINA - PI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS - SEMCASPI

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONTÍNUO DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS.

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 96.532,00 (NOVENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E DOIS REAIS).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 02/06/2026, ÀS 9H30MIN

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**GARANTIA PROPOSTA:** NÃO

**EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS**  
**PROCESSO SEI Nº00049.001454/2025-39**

O Município de Teresina - PI, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA, através da Supervisão de Processamento de Contratações Públicas-SUPE-PCP-SEMA, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na Forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024 e as demais exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**Sistema eletrônico de compras:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**Cadastro eletrônico de fornecedores:** SICAF

**OBS.:** Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições do Termo de Referência, prevalecem as disposições do Termo de Referência-Anexo I do Edital.

**Nota Explicativa:** Toda a análise dos documentos relacionados à proposta dos licitantes é realizada pelo setor técnico do órgão demandante, cabendo ao Pregoeiro apenas dar publicidade às decisões oriundas do referido órgão. Quanto à análise dos documentos de habilitação, caso seja necessário apoio técnico, o Pregoeiro poderá remeter o processo para a emissão de pareceres complementares que subsidiem sua análise.

**PARTE GERAL**  
**CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO**

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conforme as informações constantes da **Parte Específica** deste Edital, que indicará o sistema eletrônico e cadastro eletrônico de fornecedores utilizados no certame, além de data e horário.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro ou agente de contratação em contrário.

**2. DO OBJETO**

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação do objeto descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

2.1.1. A **Parte Específica** deste Edital indicará se o fornecimento ou a prestação do serviço ocorrerão de forma continuada ou não.

2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes/grupos de itens.

2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no **Anexo I - Termo de Referência** - constam o preço total da contratação, os preços unitários e globais estimados em relação a cada item ou os respectivos preços máximos aceitáveis, ressalvada a opção pelo caráter sigiloso dos valores.

2.4. Caso se trate de aquisição de bens, a forma de fornecimento do objeto será definida na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com o detalhamento constante no Termo de Referência, Anexo I.

2.5. Caso se trate de **contratação de serviços**, a **Parte Específica** deste Contrato definirá o respectivo regime de execução.

2.6. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso positivo, **a formação do cadastro de reserva ocorrerá na forma a seguir detalhada:**

2.6.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.

2.6.2. O registro a que se refere o subitem 2.6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo licitante vencedor, caso este não assine a ata ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Municipal nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024;

2.6.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 2.6.1, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

2.6.4. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

2.6.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

2.6.5.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.6.5.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.7. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços que vier anexa ao Edital irá dispor sobre:

2.7.1. órgãos gerenciador e participantes;

2.7.2. adesões;

2.7.3. preços registrados e respectivos reajustes;

2.7.4. vigência.

2.8. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do sistema eletrônico utilizado no certame e as especificações técnicas constantes neste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.

### **3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no cadastro de fornecedores e no sistema de compras indicados no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastro de fornecedores dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

3.2. Caso tenha previsão, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e suas alterações.

3.2.1. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se a participação no certame será ampla, restrita ou com cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites acima estabelecidos ([art. 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.2.4. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Eletrônico, sendo que a ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

3.2.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. [§ 1º](#), art. 43, da Lei Complementar 147/2014.

3.2.6. A **Parte Específica** do Edital irá definir a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3.2.7. A **Parte Específica** do Edital irá definir a aplicação cota de até 25% (vinte e cinco por cento) nos bens de natureza divisível, para a contratação de microempresa e empresas de pequeno porte, nos termos do §1º artigo 47 da Lei Complementar nº 147/2014.

3.2.7.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.2.7.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.2.7.3. Nas licitações por Sistema de Registro de Preços ou entregas parceladas, a prioridade de aquisição dos produtos será das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

3.3. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de **empresas em consórcio**, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.3.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa- líder que será representante das consorciadas perante a Administração.

3.3.2. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

3.3.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, poderá haver um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido na **Parte Específica** deste Edital.

3.3.4. As empresas consorciadas **não poderão participar**, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.3.5. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.3.6. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 3.3.1;

3.3.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração e condicionada a comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;

3.3.8. A proposta deverá ser enviada pela empresa responsável pelo consórcio.

#### **3.4. Não poderão participar desta licitação:**

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 3.4.11. Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.11. A **Parte Específica** definirá a permissão de participação de cooperativas no certame.
- 3.12. A **Parte Específica** definirá a permissão de subcontratação.

#### **4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. A **Parte Específica** deste Edital estabelecerá se a fase habilitação sucederá ou antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, conforme o item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.6 O licitante deverá em campo próprio do sistema eletrônico, que desenvolve programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.8. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.9. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Nos casos de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente edital.

4.7. Caso o sistema de compras utilizado no certame não possua as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4.1 a 4.4.9 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação, conforme definido na **Parte Específica**.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. A **Parte Específica** deste Edital irá definir eventual exigência de **garantia de proposta** como **requisito de pré-habilitação**.

4.16. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial INICIAL, como por exemplo, a colocação do nome ou timbre da empresa, sob pena de desclassificação. Tal vedação se estende aos documentos eventualmente anexados durante a inserção da proposta de preços (folders, prospectos, declarações, etc.), que não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados na **Parte Específica** deste Edital, devendo conter as informações similares à especificação do Anexo I- Termo de Referência.



5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. A proposta de preços inicial deverá conter as características do produto ofertado, indicando obrigatoria e expressamente, a sua marca, **se for o caso**.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.6. O prazo de validade da proposta será estabelecido na **Parte Específica** deste Edital.

5.7. Com a apresentação da proposta, o licitante declara estar ciente de que, nos termos da Lei nº6.247. de 18 de agosto de 2025, que deverá reservar no mínimo 10% (dez por cento) de vagas de emprego para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, conforme o critério de julgamento indicado na **Parte Específica**.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro ou agente de contratação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado na forma definida na **Parte Específica** deste Edital.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será definido na **Parte Específica** deste Edital.

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, conforme indicado na **Parte Específica** deste Edital.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro ou agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após o a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro ou agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro ou agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro ou agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro ou agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. **Havendo eventual empate entre propostas ou lances**, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei n. 14.133/2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.1.1 Os fornecedores que declararam que desenvolvem programas de integridade, quando solicitados pelo pregoeiro ou agente de contratação ou agente de Contratação, apresentar documentação comprobatória, conforme modelo da definido pela Controladoria Geral da União, em atendimento ao disposto no Decreto nº 12.304/2024.

6.21.1.2. As empresas que declarem falsamente a existência do programa de integridade, serão inabilitadas, e estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação.

6.21.1.3. É importante registrar que os critérios de desempate são realizados de forma automática pelo sistema, obedecendo os critérios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Piauí;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro ou agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4 Após a negociação, o pregoeiro ou agente de contratação iniciará a fase de julgamento e aceitabilidade da proposta.

## **6.23. DO ENVIO, DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

6.23.1. Após a negociação, o licitante classificado em primeiro lugar, será convocado para que, no prazo não inferior a **02(duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.1.1. É facultado ao pregoeiro ou agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23.2. Para fins de julgamento da proposta, serão observados:

a) O prazo de validade da proposta não deverá ser inferior ao estabelecido na **Parte Específica** do Edital;

b) As especificações dos serviços deverão ser de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;



c) Os preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

c.1) Nos valores estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que indicam direta ou indireta.

c.2) Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

c.3) Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

c.4) As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não- cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos, que correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária, **se for o caso.**

c.5) As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006, **se for o caso.**

c.6) A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar 123/2006, **se for o caso.**

#### **6.24. Será desclassificada a proposta que:**

6.24.1. conter vícios insanáveis;

6.24.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.24.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.24.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.24.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.25.No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade da proposta valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

6.25.1.A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 6.25., só será considerada após diligência, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.26.Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.26.1.Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

6.26.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

6.26.3.Serão aceitos, para fins de comprovação da exequibilidade dos preços ofertados, documentos como contratos anteriormente firmados, bem como notas fiscais emitidas dos 12(doze) últimos meses da data de abertura do certame.

6.26.4.Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

6.26.5. Estudos setoriais;

6.26.6.Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

6.26.7.Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.27.Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.28.Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, desde que não haja majoração do preço.

6.28.1. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.28.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.28.3. O prazo concedido para saneamento ou diligências na proposta apresentada pela licitante será de 02(duas) horas.

6.28.3.1.É facultado ao pregoeiro ou agente de contratação prorrogar, por até 12(doze) horas, o prazo estabelecido no subitem 6.28.3., desde que haja solicitação devidamente fundamentada da licitante, realizada por meio do chat, antes do término do referido prazo.

6.28.3.2.A inobservância, por parte da licitante, da resposta integral a todos os questionamentos formulados na fase de diligência implicará em sua imediata desclassificação, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação vigente.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. O pregoeiro ou agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

7.1.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).

7.1.5. *Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.*

7.1.6. *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da Parte Específica deste Edital.*

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Realizar as diligências necessárias para verificar a veracidade das declarações apresentadas pelo licitante no sistema eletrônico.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da Parte Específica deste Edital (habilitação jurídica, técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira)*.

8.1.1. Caso o Cadastro eletrônico de fornecedor indicado na **Parte Específica** não contemple todos os documentos relativos a habilitação jurídica, técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira), será concedido o prazo de 02(duas) horas, contadas da convocação no chat do sistema, para o envio dos documentos complementares.

8.1.1.1.O prazo previsto no item 8.1.1 poderá, mediante justificativa, ser prorrogado por igual período.

8.1.2. A apresentação de regularidade cadastral junto ao cadastro eletrônico somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.1.3. Para fins de validade dos documentos de habilitação, **serão considerados válidos aqueles emitidos até a data de abertura da sessão pública**. Caso algum documento venha a vencer após a abertura da sessão e antes da convocação do licitante arrematante, este, quando convocado, poderá apresentar o documento devidamente atualizado.

8.2. Caso a **Parte Específica** deste Edital tenha estabelecido **garantia de proposta como requisito de pré-habilitação**, será verificado o recolhimento da garantia.

8.2.1.Será considerada válida apenas a garantia emitida até a data de abertura do certame, tendo em vista que a garantia de proposta, no valor de até 1% (um por cento) do valor estimado para o certame, tem como finalidade demonstrar a seriedade da oferta apresentada pelo licitante e assegurar a Administração contra eventuais prejuízo caso o concorrente vencedor não assine o contrato.

8.2.1.1.O valor da garantia de proposta poderá ser calculado com base no percentual aplicado sobre o valor total dos lotes ou itens de interesse do licitante, em conformidade com o Acórdão TCU nº 6.116/2025 - 1ª Câmara.

8.2.1.1.1. Não será aceita garantia com prazo de validade inferior ao da proposta apresentada pelo licitante, **sob pena de desclassificação**.

8.2.1.1.2. Quanto à aceitabilidade da garantia apresentada, a responsabilidade cabe ao pregoeiro, e não ao órgão demandante, devendo a análise observar os critérios estabelecidos pela SUSEP.

8.2.1.2. Para fins da garantia proposta, o licitante deverá observar as modalidades dispostas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21, sendo elas: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma de

escritural, seguro-garantia ou fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

8.2.1.3. Para fins de **fiança bancária**, o depósito deverá ser realizado na seguinte conta: **Banco do Brasil - Agência nº 3791-5, Conta Corrente nº 75.336-X**, em nome da **Prefeitura Municipal de Teresina (PI)**, CNPJ nº **06.554.869/0001-64**.

8.2.2. Em razão da inoperância do sistema Compras.gov, que não aceita o cadastro prévio da garantia de proposta, a licitante deverá encaminhar a garantia no momento do envio da proposta readequada, para fins de comprovação.

8.2.3. O não cumprimento dessa exigência do item 8.2.1. implicará na imediata retirada do licitante do certame.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.**

8.4.1. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro ou agente de contratação.

8.4.2. Os documentos a serem apresentados em arquivo PDF deverão ser obtidos a partir de digitalização do arquivo original ou da respectiva cópia autenticada.

8.4.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.4.2.2 Os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de inabilitação**, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, caso haja indícios de qualquer ilegalidade, será aberto procedimento apartado para apuração da infração administrativa ou eventual crime. De toda forma, a situação será apurada de acordo com o caso concreto e será punida na medida de suas condutas.

8.6.1. Segundo entendimento consolidado do TCU "A documentação exigida deve restringir-se ao rol definido pelos arts. 66 a 69 da Lei 14.133/2021, ou seja, nada mais poderá ser exigido, a não ser para atendimento a Leis especiais". Além disso, tem-se que o requisito de habilitação social em questão possui caráter absoluto, ou seja, deve ser exigido em todos os casos, não havendo margem para a Administração para sua dispensa. Pela literalidade da lei, portanto, e considerando o entendimento da Corte de Controle Externo, tem-se que o documento exigido, via de regra, pela Administração, na fase de habilitação, para fins de comprovação da observância da Lei nº 8.213/91, seria a declaração prevista no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021.

8.6.2. Em observância aos princípios da legalidade e isonomia, caso o licitante declare que cumpre a cota de pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, e se for constatado, através da Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social, expedido pelo MTE (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>), que o número de PCD s é inferior ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, o mesmo não será inabilitado de imediato, pois o TCU entende que a certidão emitida pelo MTE é apenas uma das formas de informar o cumprimento da medida, sendo possível a licitante comprovar o preenchimento por meio de dados do e- Social, de contratos de trabalho, comprovantes de vínculo empregatício ou quaisquer outros meios de provas admitidos em direito.

8.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no cadastro eletrônico de fornecedores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

8.8. A verificação pelo pregoeiro ou agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido no sistema eletrônico.

8.8.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta

com o preço ou o percentual de desconto.

8.9. A verificação no cadastro eletrônico de fornecedores ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.9.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para **apurar fatos existentes à época da abertura do certame**; e

8.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10.3. O prazo concedido para as respostas às diligências, saneamentos ou complementações realizadas aos licitantes será de 02(duas) horas.

8.10.3.1. É facultado ao pregoeiro ou agente de contratação prorrogar, por até 12(doze) horas, o prazo estabelecido no subitem 8.10.3, desde que haja solicitação devidamente fundamentada da licitante, realizada por meio do chat, antes do término do referido prazo.

8.10.3.2. A inobservância, por parte da licitante, da resposta integral a todos os questionamentos formulados na fase de diligência implicará em sua imediata inabilitação, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação vigente.

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro ou agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro ou agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o disposto no subitem 8.1 do Edital.

8.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.15 Para a habilitação no presente Pregão serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

#### **8.16.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

i) **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

j) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, do IBGE.

k) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.

l) Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

## **8.16.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.16.2.1. **A Parte Específica** discriminará as exigências de qualificação técnica.

8.16.2.1.1. **A Parte Específica** discriminará as exigências técnicas relevantes para o objeto a ser executado, no entanto, deverá ser observado também:

a) Apresentar prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, **quando for o caso;**

b) Apresentar registro ou inscrição na entidade profissional competente, **quando for o caso;**

c) Apresentar declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

d) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

i) Quando for prevista a **subcontratação no Termo de Referência, Anexo I**, a licitante deverá apresentar atestados do potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado.

i.1) Caso a licitante não pretenda subcontratar, deverá apresentar declaração expressa informando que executará integralmente o objeto da contratação, sem a utilização de subcontratação.

**8.16.2.2. Da qualificação técnica dos consórcios, o pregoeiro ou agente de contratação deverá observar:**

a) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

a.1) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

a.2) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

a.3) Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

a.4) Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#) em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.16.2.3. A qualificação técnica é um passo crucial para garantir que o contratante selecione fornecedores ou prestadores de serviços com a experiência, capacidade técnica e os recursos necessários para cumprir com as obrigações contratuais. A exigência dos atestados ajuda a assegurar que a execução do contrato será realizada com competência e dentro dos padrões de qualidade esperados, devendo o pregoeiro ou agente de contratação observar se os atestados emitidos são do âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**8.16.2.4. Para fins de verificação da veracidade dos atestados apresentados, o pregoeiro ou agente de contratação deverá:**

a) Verificar nos documentos apresentados, as seguintes informações, **quando o emissor for órgão público:** o número do processo administrativo que originou a contratação; a modalidade de licitação utilizada, inclusive nos casos de adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão da Administração Pública; ou, quando aplicável, a forma de contratação adotada nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Deverão constar ainda o número do certame licitatório correspondente (ou da dispensa/inexigibilidade), o número do instrumento contratual, a descrição do objeto do contrato, o prazo contratual com indicação do período de



vigência, bem como o relato do fiscal do contrato sobre o comportamento e a atuação da contratada durante a execução, declarando que a prestação do serviço ou a entrega do bem foi realizada de forma satisfatória.

b) Em relação aos atestados emitidos por **pessoa jurídica de direito privado**: caberá ao agente de contratação ou ao pregoeiro exercer o poder de diligência para verificar a validade dos documentos apresentados com a finalidade de comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, de modo a assegurar a verificação da competência da empresa e a preservação do interesse público.

c) Quanto às **assinaturas nos atestados de capacidade técnica** devem ser observadas as seguintes orientações: os documentos assinados digitalmente por pessoa física ou jurídica com validade jurídica devem conter certificado digital que identifique o signatário junto ao sistema público; o certificado digital vinculado à assinatura deve ser validado por meio de sistema compatível com as normas estabelecidas pela ICP-Brasil; o certificado digital utilizado na assinatura deve estar dentro do prazo de validade no momento da apresentação do documento; os documentos assinados com certificados emitidos pela ICP-Brasil possuem a mesma validade jurídica que aqueles em papel, com assinaturas manuscritas, conforme o artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Importante destacar que a assinatura digitalizada consiste apenas na reprodução, em formato de imagem, de uma assinatura manuscrita no ambiente virtual, não garantindo, portanto, a autoria nem a integridade do documento eletrônico, uma vez que essa imagem pode ser copiada ou reproduzida sem o consentimento do signatário. Nesse caso, será oportunizado ao licitante comprovar a autenticidade da assinatura constante no atestado.

c.1) Caso não seja comprovada a autenticidade da assinatura estabelecido na alínea c., a licitante deverá ser inabilitada.

d) É importante salientar que a apresentação de atestado de capacidade técnica com conteúdo falso, à evidência de conluio entre as empresas envolvidas, fere os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade e conduz à declaração de inidoneidade, tanto da empresa que emitiu o atestado quanto da que o apresentou, para participar de licitação na Administração Pública, consoante Acórdão 29/2024-Plenário, Relator: Walton Alencar Rodrigues.

e) As empresas que utilizam documentos falsos para vencer licitações violam princípios constitucionais como a moralidade, a legalidade e a igualdade, configurando, ainda, a prática dos seguintes crimes: falsificação de documento público (art. 297), falsificação de documento particular (art. 298), falsidade ideológica (art. 299) e uso de documento falso (art. 304), todos previstos no Código Penal.

f) O pregoeiro ou agente de contratação deverá considerar, para fins de análise e julgamento dos atestados, o entendimento consolidado no **Boletim de Jurisprudência do TCU nº 548, de 28 de julho de 2025**, relativo ao **Acórdão TCU nº 1490/2025-Plenário**, de relatoria do Ministro **Benjamin Zymler**, cujo sumário dispõe sobre a **apresentação de atestados de capacidade técnica com conteúdo falso**, no âmbito de **pregão eletrônico**, reconhecendo tal conduta como **irregularidade grave**, passível de **declaração de inidoneidade**, diante da **insuficiência das razões recursais para afastar a irregularidade**.

### 8.16.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.16.3.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser observadas as exigências estabelecidas no **Termo de Referência - Parte Específica**, bem como as **exigências abaixo relacionadas**.

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

b) Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

b.1) Caso a certidão apresentada seja positiva, a licitante deverá comprovar o acolhimento ou a homologação de seu plano de recuperação judicial ou extrajudicial, respectivamente, pelo juízo competente;

b.2) Por força do disposto no art. 4º da Lei 5.764/1971, as Cooperativas estão desobrigadas de apresentar a Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial/Extrajudicial, entretanto, deverão apresentar declaração própria de não haver contra si qualquer processo de liquidação judicial ou extrajudicial;

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral - superior a 1

SG= Solvência Geral - superior a 1

LC= Liquidez Corrente - superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

c.1) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

c.2) No caso de consórcio, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos.

d) A **Parte Específica** deste Edital definirá se o atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.16.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

e) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

g) Deverá comprovar que possui patrimônio líquido não inferior ao percentual definido na **Parte Específica** deste Edital, calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial de demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.16.3.1. No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação de balanço, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

8.16.3.2. Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.

8.16.3.3. No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema.

8.16.3.4. Em se tratando de consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) a ser definido na **Parte Específica**, dos valores de patrimônio líquido exigidos para o LICITANTE individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação na constituição do consórcio, calculado pela seguinte equação:

$$PLCCons = PLC \times PartC$$

Onde:

PLCCons = Patrimônio líquido do consorciado, considerado na soma do patrimônio líquido do consórcio;

PLC = Patrimônio líquido do consorciado;

PartC = Participação do consorciado no consórcio.

8.16.3.5. O acréscimo previsto no item anterior **não será aplicável aos consórcios compostos**, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

8.16.3.6. Para fins de apresentação do balanço patrimonial referente ao último exercício, será considerado o prazo de 30 de abril de 2025, ou seja, deverão ser apresentados os balanços patrimoniais dos exercícios de 2023 e 2024, conforme Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Teresina nº 612/2002-PLCCA/PGM.

8.16.3.7. Sendo ME/EPP, deverão apresentar declaração assinada pelo contador que possui ou não contratos celebrados com a Administração Pública cujo valores somados não extrapolam a receita bruta admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, no ano- calendário de realização desta licitação.

#### 8.16.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa);

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.16.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16.4.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.16.4.3. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

e) A comprovação de integralização das respectivas quotas -partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

g) A última auditoria contábil- financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **8.16.5. DA DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

8.16.5.1.A **Parte Específica** poderá exigir apresentação de atestado de vistoria como documento de habilitação, conforme art. 62, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

8.16.5.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de e-mail ou telefone definidos na **Parte Específica** deste Edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.16.5.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à sessão pública.

8.16.5.4. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

8.16.5.5. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas através dos contatos indicados no item da **Parte Específica** deste Edital, antes da data fixada para a sessão pública.

8.16.5.6. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.16.5.7. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## **8.16.6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO**

8.16.6.1. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;

b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

- c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;
- d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;
- e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

## 9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

- 9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios definidos na **Parte Específica** deste Edital.
- 9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## 10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado na **Parte Específica** deste Edital.

## 11. DO CONTRATO

- 11.1 Para a execução dos serviços pelo licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.
- 11.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.
- 11.3. A recusa da execução do serviço ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

11.4. O fornecedor será convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, para a realização do ato, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6.1. A regra do item 11.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.5.1, "a".

11.7. As obrigações da contratante e da contratada, os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, as sanções ao contratado, as condições de pagamento, a vigência do contrato e eventual possibilidade de subcontratação encontram-se previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência anexos a este Edital.

11.8. As disposições relativas ao preço e respectivo reajuste encontram-se previstas na minuta de **Contrato** anexa a este Edital.

11.9. A minuta de **Contrato** anexa a este Edital definirá eventual prestação de garantia de execução pelo licitante vencedor.

## **12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. **Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços ao presente certame**, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

12.2. Após a homologação da licitação, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, ficando facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções ao vencedor que se recusar a assinar a ata.

## **13. DO CADASTRO RESERVA**

13.1. Durante a fase externa do certame, por meio do sistema, a pregoeira encaminhará solicitação aos demais licitantes para que, no prazo máximo 02(duas) horas, manifestem o interesse em integrar o cadastro reserva.

13.2. Caso convocados, os interessados devem acessar o sistema para declarar seu interesse em integrar o cadastro reserva, comprometendo-se a cotar os preços unitários iguais aos do licitante vencedor, na sequência de classificação do certame originário, ou aos seus melhores preços ofertados no certame originário.

13.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

13.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou nos casos de não assinatura da ata de registro de preços, conforme Decreto Municipal nº 25.627, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2024.



13.5. A apresentação das novas propostas e a análise dos documentos de habilitação, decorrentes da manifestação de interesse em integrar o cadastro reserva, será feita em momento posterior, se houver necessidade de convocar os integrantes do cadastro reserva.

#### **14. DO ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

14.1 O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA.

14.2. Além do gerenciador, **caso tenha previsão na Parte Específica**, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços aqueles que manifestaram intenção de participação em procedimento público de intenção de registro de preços, que estão discriminados em anexo deste Edital.

#### **15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

15.1. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e declarados os vencedores, a adjudicação e a homologação serão realizadas pela Autoridade Superior.

#### **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS LICITANTES**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.6. fraudar a licitação;

16.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

16.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. advertência;

16.2.2. multa;

16.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7, 16.1.8 e 16.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7, 16.1.8 e 16.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 16.1.3 e 16.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.10.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item 16.10 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro ou agente de contratação.

**17.3 As regras relacionadas ao Reajuste de preços e Reequilíbrio Financeiro estão descritas no Termo de Referência**, anexado a este Edital.

**17.4 As condições de Entrega dos bens a serem adquiridos se encontram fixadas no Termo de Referência**, anexado a este Edital.

**17.5 As Regras de Gestão e Fiscalização do Contrato estão previstas no Termo de Referência**, anexado a este Edital.

**17.6 As orientações de Recebimento, Liquidação e Pagamento estão previstas no Termo de Referência**, anexado a este Edital.

17.7. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.12. **Para fins de aceitabilidade da proposta ou habilitação**, o pregoeiro ou agente de contratação **analisará possíveis sinais de formação de cartel**, sendo:

**a) Propostas eletrônicas enviadas do mesmo e-mail ou erros idênticos de digitação ou de cálculo;**

**b) Propostas eletrônicas do mesmo endereço ou que possuam os mesmo dados de contato, ou mesmo representante;**

**c) Propostas submetidas eletronicamente ou editadas por uma pessoa ou por empresa concorrente;**

**d) Documentos com a mesma formatação, redação ou erros idênticos de digitação ou de cálculo;**

**e) Documentos com selos de autenticação ou postagem idênticas ou sequenciais.**

17.12.1. Constatado qualquer indício de formação de cartel, as licitantes serão desclassificadas ou inabilitadas, sem prejuízo as demais sanções previstas em lei.

17.12.2. O pregoeiro ou agente de contratação que, diante de indícios ou suspeitas, deixar de realizar as análises necessárias para identificar possível formação de cartel poderá responder por omissão, nos termos da legislação vigente.

17.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.15. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

17.16. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro ou agente de contratação.

17.17. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.

17.18. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

17.19 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I.

17.20. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

A) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

A.1- Apêndice do Anexo I- Estudo Técnico Preliminar;

B) ANEXO II- MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

C) ANEXO III- MINUTA DE CONTRATO;

D) ANEXO IV- FOMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA;

E) ANEXO V- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

<b><u>PARTE ESPECÍFICA</u></b>	
As informações específicas sobre a Licitação, a seguir apresentadas, complementarão, suplementarão ou modificarão as disposições constantes da Parte Geral.	
<b>EM CASO DE CONFLITO, PREVALECERÃO AS DISPOSIÇÕES AQUI CONTIDAS.</b>	
<b>Parte Geral</b>	<b>Definições da Parte Específica</b>
<b>1.1</b>	Sistema Eletrônico utilizado no certame: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> Cadastro eletrônico de fornecedores: SICAF Data de Abertura:02/06/2026

	Horário de Abertura: 09:30min horário de Brasília/DF INFORMAÇÕES: comissaocompras.sema@pmt.pi.gov.br
<b>2.1</b>	O objeto da presente licitação é o registro de preço para eventual contratação de empresa especializada na prestação do serviço contínuo de agenciamento de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais.
<b>2.1.1</b>	(X) O serviço licitado será fornecido de forma continuada. ( ) O serviço licitado não será fornecido de forma continuada.
<b>2.2</b>	( ) A forma de adjudicação do objeto será global ou lote. (X) A forma de adjudicação do objeto será por item.
<b>2.3</b>	(X) O valor estimado da contratação é de R\$ R\$ 96.532,00 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais). ( ) O valor estimado da contratação é sigiloso.
<b>2.4</b>	(X) A execução do serviço ocorrerá sob o regime por preço unitário. ( ) A execução do serviço ocorrerá sob o regime por preço global.
<b>2.6</b>	( ) A presente licitação <b>não</b> adotará o Sistema de Registro de Preços. (X) A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços com cadastro de reserva.
<b>3.2.6 e 3.2.7</b>	( ) A presente licitação é destinada a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte. ( ) A presente licitação é diferenciada com cota principal e cota reservada para ME/EPP/MEI. ( ) A presente licitação é diferenciada com cota principal, cota reservada pra ME/EPP/MEI e itens exclusivos para ME/EPP/MEI. (X) A presente licitação é destinada à ampla concorrência.
<b>3.3</b>	(X) Não é permitida a participação de consórcio de empresas, conforme item 16.11 do Termo de Referência - Anexo I. ( ) É permitida a participação de consórcio, conforme Termo de Referência- Anexo I
<b>3.11</b>	(X) Não será permitida a participação das cooperativas no certame, conforme item 16.11 do Termo de Referência - Anexo I. ( ) Será permitida a participação das cooperativas no certame, conforme Termo de Referência- Anexo I.
<b>3.12</b>	( ) Será permitida a subcontratação, conforme Termo de Referência- Anexo I. (X) Não será permitida a subcontratação, conforme item 7.1.5 do Termo de Referência - Anexo I.
<b>4.1</b>	(X) A fase habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento. ( ) A fase habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.
<b>4.15 e 8.2</b>	( ) Será exigida garantia de proposta. (X) Não será exigida garantia de proposta.
<b>5.6</b>	( ) A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua entrega, <b>conforme</b>

	<p><b>Termo de Referência -Anexo I.</b></p> <p>(X) A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública, conforme item 16.2 do Termo de Referência - Anexo I.</p>
<b>6.1</b>	<p>(X) O critério de julgamento será MENOR PREÇO DO ITEM observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p> <p>( ) O critério de julgamento será MENOR PREÇO POR LOTE observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p> <p>( ) O critério de julgamento será MENOR PREÇO GLOBAL observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p>
<b>6.9</b>	<p>(X) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser R\$ 0,10 (dez centavos).</p> <p>( ) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser R\$ 100,00 (cem reais).</p>
<b>6.11</b>	<p>(X) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "ABERTO"</p> <p>( ) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "ABERTO-FECHADO".</p> <p>( ) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa " FECHADO-ABERTO".</p> <p>Para fins de disputa será adotar o modo de disputa <b>FECHADO-ABERTO</b>, devido a obtenção de maior sigilo e proteção de informações, além de permitir a busca por maior economia. No presente modelo a rodada de disputa iniciará de forma fechada com lances fechados, seguidos por lance final abertos entre os melhores, consonantes critérios estabelecidos na <b>IN 073/2022 e Decreto Municipal 24.748, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023.</b></p> <p>Justifica-se a adoção do modo de disputa, fechado e aberto, pois, em comparação com a modo "aberto", a grande vantagem do modo "fechado e aberto" será aliar o mecanismo de incentivo de esgotamento das estratégias de maximização dos lucros dos licitantes (correspondente a etapa aberta de disputa) com a otimização da fase de lances decorrente da aplicação de uma "faixa de corte" (culminando na restrição de abrangência do universo de competidores aptos à etapa aberta) e o incentivo ao início da etapa aberta com ofertas mais próximas das valores subjetivas de cada concorrente, tendo em vista que a aplicação da "faixa de corte" estimularia melhores preços para que o licitante não corra o risco de não ser classificado para os lances.</p>
<b>8.16.2.1 e 8.16.2.1.1.</b>	<p>(X) Deverá apresentar atestados que comprovem a aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, <b>atendendo as especificações previstas no item 5.6 do Termo de Referência, Anexo I.</b></p>
<b>8.16.3, "c" e "g"</b>	<p>(X) A licitante deverá apresentar índice econômico igual ou superior a 01 (um) nos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente</p>



	(X) A licitante deverá comprovar que possui <b>patrimônio líquido</b> não inferior a 10% (dez por cento) do preço estimado da contratação ou item pertinente.
<b>8.16.3 “d”</b>	(X) O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.16.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
<b>8.16.5.2</b>	(X) Não se aplica ao caso a realização de vistoria. ( ) Haverá realização de vistoria, conforme Termo de Referência-Anexo I.
<b>9.3</b>	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados no sistema <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https:// www.gov.br/compras/pt-br</a> bem como para e-mail do Pregoeiro ou agente de contratação: <a href="mailto:comissacompras.sema@pmt.pi.gov.br">comissacompras.sema@pmt.pi.gov.br</a>
<b>10.10</b>	Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço eletrônico: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>
<b>Pregoeiro ou agente de contratação e E-mail:</b>	Nome: Carmem Cibelle Carvalho Arêa Leão de Sá. E-mail: <a href="mailto:comissacompras.sema@pmt.pi.gov.br">comissacompras.sema@pmt.pi.gov.br</a>

Teresina – PI, 29 de abril de 2026.

**Laura de Carvalho Oliveira**

Supervisora de Processamento de Contratações Públicas - SEMA/PMT

**Nayara Daniela Barros Silva**

Coordenadora da Central de Contratações Públicas

**VISTO:**

**Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

## **ANEXO II- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NºXX**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEMA/PMT**

**PROCESSO SEI Nº00049.001454/2025-39**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX**

O **MUNICÍPIO DE TERESINA - PI**, através da **xxxxxxxxxxx**, com sede na Rua Firmino Pires, 121, Centro, na cidade de Teresina – PI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.554.869/0007-50, neste ato representada pelo **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, nomeado(a) pela Decreto Municipal nº XXXXXXXXX, publicada no Diário Oficial do Município – DOM nº XXXXXXXX, portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202...., publicada no ..... de ...../...../202....., Processo Administrativo SEI n.º **xxxxxxxxxxxxxx**....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 25.627, de 01 de fevereiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

01. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONTÍNUO DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS**, do Termo de Referência anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº (...../20...), que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

02. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. O valor total desta Ata é de R\$......(XXXX).

03. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços é a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA.

3.2. São órgãos e entidades participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA VALIDADE, DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, haverá a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, nos termos do Art. 22, § 1º, do Decreto Municipal nº 25.627, de 2024.

4.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se

obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, e assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

## **5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 33 do Decreto nº 25.627, de 2024.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito para órgão não participante não integrante da Administração Pública do Município de Teresina, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar reduzir seu preço, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 25.627, de 2024; ou

8.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público, devidamente justificadas;

8.4.2. A pedido do fornecedor, por fato superveniente, decorrente de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 25.627, de 2024.

## **9. DAS PENALIDADES**

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 25.627, de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 25.627, de 2024).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **10. CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em uma única via, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelas partes, sendo encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

Local e data



Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

### ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS Nº (....) QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE TERESINA - PI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS - SEMCASPI E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA XXXXXXXXXX

O Município de Teresina - PI, por intermédio da XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede (endereço completo), neste ato representado por seu XXXXXXXXXXXXXXXX portador(a) da Cédula de Identidade nº (....), inscrito (a) no CPF sob o nº (....); e a Empresa (.....) com sede e foro na cidade de (.....) Estado do (.....), estabelecida à (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (....), aqui representada por (nome completo, cargo) inscrito(a) no CPF sob o nº (....), portador(a) da carteira de identidade RG nº (....), doravante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do Pregão Eletrônico n. constante no Processo Administrativo SEI nº ....., que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2023 e o Decreto Municipal Nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

#### PARTE GERAL

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO**

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo discriminado na **Parte Específica** deste Contrato, incluído o Termo de Referência constante nos autos, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, projetos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

1.2. A **Parte Específica** definirá se o contrato se origina de Pregão Eletrônico ou contratação direta, indicando o fundamento legal utilizado para a dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO**

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação do serviço comum de engenharia descrito na **Parte Específica** deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da Contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato indicará se a prestação do serviço ocorrerá de forma continuada ou não.

2.2. A **Parte Específica** deste Contrato definirá o regime de execução dos serviços.

2.3. A **Parte Específica** deste Contrato definirá se a elaboração de Projeto Executivo encontra-se inserida no objeto deste Contrato, conforme especificado no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO**

3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo previsto na **Parte Específica**, mediante termo detalhado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo previsto na **Parte Específica** deste Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo previsto na **Parte Específica**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

3.5. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

3.6. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

3.7. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO**

4.1. O valor do presente Termo de Contrato está previsto na **Parte Específica**.

4.2. No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

5.2. Conforme art. 75, § 4º, da Lei n. 14.133/2021, o pagamento será efetuado preferencialmente por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, caso indisponível, no sítio da Contratante na internet.

5.2.1. Em caso de impossibilidade de utilização de cartão de pagamento, este deverá ser efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos serviços descritos na nota fiscal ou fatura apresentada.

5.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal ou fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.7. A Nota Fiscal ou fatura correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

5.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Fiscal deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I=(TX/100)/365$$

$$EM= I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

5.10. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.

5.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

## **CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E, salvo se outro for definido na **Parte Específica** deste Contrato.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato ou deixar expirar o prazo de vigência, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste.

6.4. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.

6.5. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.

6.6. Alterações do contrato observarão o disposto nos artigos 124 a 134 da Lei n. 14.133/2021 e serão incorporadas ao Contrato durante sua vigência, mediante termos aditivos com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

6.6.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a. Quando, por sua iniciativa, houver modificações dos detalhes executivos ou das especificações, para melhor adequação técnica do objeto;

b. Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto até o limite permitido na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato ou instrumento equivalente.

6.6.2. Por acordo entre as partes:

a- Quando houver a substituição de garantia de execução, por deliberação conjunta das partes;

b - Quando necessária à modificação do regime de execução, em fase de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos do contrato original;

c. Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao Cronograma Financeiro fixado, sem correspondente contraprestação da execução do objeto.

6.7. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

6.8. No caso de supressão de parte do objeto do Contrato, se a contratada já houver adquirido os materiais e os colocado nos locais de trabalhos, estes deverão ser pagos pelos custos de aquisição, transporte e outros regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos, eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

6.9. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

6.10. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da contratada, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio Econômico-Financeiro inicial.

6.11. A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários na contratação, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato.

6.12. Durante todo o período de execução do contrato será exercida estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no neste Contrato em relação à vantagem originalmente ofertada pela empresa, de forma a

evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.

6.13. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamento que modifique a planilha orçamentária.

6.14. A diferença a que se refere o item 6.13 poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência na forma do Decreto Municipal nº 25.627/2024, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda melhor proposta, se houver.

6.15. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pela CONTRATANTE, na forma prevista no capítulo II do Decreto Municipal nº 25.627/2024, observado o disposto no art. 14 e mantidos os limites do previsto no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Teresina - PI, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

8.1. A **Parte Específica** poderá prever a prestação de garantia como condição para a assinatura do contrato.

8.2. No caso de prestação de garantia mediante seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

8.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

8.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

8.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 8.1 da **Parte Específica** deste contrato.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. São obrigações da contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços executados, para que sejam feitas as correções pertinentes;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

**9.1.6. Disponibilizar a presente contratação no Portal Nacional de Compras Públicas ou, em caso de indisponibilidade, em página da Contratante na Internet e no Diário Oficial do Município de Teresina - PI.**

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

9.4. Constituem direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 104, 147 a 149 e 137 a 139 da Lei n. 14.133/2021

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e da sua proposta, assumindo

exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

10.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;

10.1.3. Cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

10.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

10.1.5. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

10.1.6. Prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

10.1.7. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

10.1.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato;

10.1.9. Manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;

10.1.10. Substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;

10.1.11. Arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;

10.1.12. Apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;

10.1.13. Identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

10.1.14. Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços;

10.1.15. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;

10.1.16. Reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;

10.1.17. Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

10.1.18. Manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

10.1.19. Submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

10.1.20. Fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;

10.1.21. Prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida;

10.1.22. Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;

10.1.23. Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra;

10.1.24. Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;

10.1.25. Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela CONTRATANTE e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT;

10.1.26. Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra;

10.1.27. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Termo de Referência e demais documentos anexos.

10.2. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- FISCALIZAÇÃO**

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. A **Parte Específica** deste Contrato poderá incluir rotinas específicas de fiscalização da execução dos serviços, de acordo com as peculiaridades do objeto contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

12.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato poderá prever outras faltas e sanções ao Contratado, de acordo com as peculiaridades do objeto.

12.2. Conforme art. 155 da Lei n. 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4. A sanção prevista na alínea “a” do subitem 12.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do subitem 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



12.5. A sanção prevista na alínea “b” do subitem 12.3, calculada na forma do item 12.11 deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 12.2.

12.6. A sanção prevista na alínea “c” do subitem 12.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. A sanção prevista na alínea “d” do subitem 12.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, do subitem 12.2, bem como pelas infrações administrativas previstas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 12.6 e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 12.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do referido subitem.

12.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.10. Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

12.11. O cálculo da sanção de multa observará os seguintes parâmetros:

12.11.1. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:

- a) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
- b) de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e
- c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindir o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.11.2. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

- a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
- b) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
- c) Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

12.11.3. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
- b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

12.12. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

12.13. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes dos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

12.14. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021:

13.3.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

13.3.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

13.3.3. Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

13.3.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

13.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

15.1. A vigência e validade deste instrumento decorrerão de sua assinatura, conforme previsto na **Parte Específica**, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

15.1.1. Em caso de indisponibilidade das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverá o extrato do contrato ser publicado na página da internet da Contratante e no Diário Oficial do Município de Teresina - PI.

15.2. Caso se trate de serviços de natureza continuada, o Contrato poderá ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, até o limite de 10 (dez) anos, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

15.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

15.2.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

15.2.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

15.2.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

15.2.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

15.2.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

15.2.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

15.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

15.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

15.5. A Administração terá a opção de extinguir o contrato de serviço continuado, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme art. 106, III, da Lei n. 14.133/2021.

15.6. Tratando-se de serviço não continuado, a **Parte Específica** irá definir o prazo de execução.

15.7. Caso se trate de serviço não continuado, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei n.14.133/2021.

15.7.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## **CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. A **Parte Específica** deste Contrato disporá sobre a possibilidade de subcontratação do objeto contratado.

## **CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PROTEÇÃO DE DADOS**

17.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.4. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e 14 da Lei n. 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades. Eventualmente, podem as partes convencionar, por escrito, que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para atender ao disposto acima, esta garante que:

e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

e.1.4) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

e.1.5) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas assegurem um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

e.1.6) zelar pelo cumprimento das medidas de segurança;

e.1.7) tratará os dados pessoais apenas em nome da CONTRATANTE e em conformidade com as suas

instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente a CONTRATANTE que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.8) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas da CONTRATANTE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa alteração a CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.9) notificará imediatamente a CONTRATANTE sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso accidental ou não autorizado.

e.1.10) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação da CONTRATANTE, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;

e.1.11) a pedido da CONTRATANTE apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.

e.1.12) em caso de subcontratação, informará previamente a CONTRATANTE que poderá anuir por escrito;

e.1.13) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste contrato;

e.1.14) enviará imediatamente a CONTRATANTE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato

17.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e/ou prepostos das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE.

17.6. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.

17.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

17.8. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

17.9. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

17.10. A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

17.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

17.13. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI da LGPD.

17.14. As disposições elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

## **CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALOCAÇÃO DE RISCOS**

18.1 Esta cláusula tem por finalidade estabelecer a alocação de riscos entre as partes, conforme previsto no art. 103, inciso III, e art. 92 da Lei nº 14.133/2021, relativamente à execução do presente contrato, cujo objeto é a **contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de pavimentações, drenagens, canteiros centrais, parques, praças e passeios, obras de contenção, quadras, campos de futebol e pequenos reparos em prédios públicos**, nos termos do Termo de Referência.

**18.1.1 Dos Riscos atribuídos à CONTRATANTE. Serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE:**

- I - Alterações unilaterais determinadas pela Administração, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- II - Atrasos no pagamento devidos a falhas administrativas ou orçamentárias imputáveis exclusivamente à Administração;
- III - Impedimentos ou restrições de acesso aos locais dos serviços por fatos exclusivamente atribuíveis à Administração;
- IV - Suspensões ou paralisações determinadas pela Administração, sem justo motivo ou em desacordo com o disposto na legislação vigente

**18.1.2 Dos Riscos atribuídos ao CONTRATADO. Serão de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO:**

- I - A adequada mobilização e execução dos serviços, incluindo os aspectos técnicos, operacionais, de segurança, ambientais e trabalhistas;
- II - A obtenção de licenças, autorizações e documentos exigidos para a realização dos serviços, quando não fornecidos pela Administração;
- III - Danos a bens públicos ou a terceiros, inclusive ao meio ambiente, decorrentes de sua atuação ou omissão, dolosa ou culposa;
- IV - Falhas de planejamento ou gestão dos recursos humanos, materiais e logísticos necessários à execução do objeto;
- V - Descumprimento das normas legais e contratuais aplicáveis à execução dos serviços.

**18.1.3 Dos Riscos compartilhados: Serão considerados riscos compartilhados entre as partes aqueles decorrentes de:**

- I - Caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizado nos termos da legislação vigente;
- II - Fatos de terceiros imprevisíveis ou inevitáveis que impeçam ou comprometam a execução do contrato;
- III - Alterações supervenientes de ordem legal ou regulatória que afetem substancialmente a equação econômico-financeira do contrato.

Parágrafo único. Os riscos compartilhados serão objeto de análise conjunta entre as partes e, caso impactem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderão ensejar as medidas de reequilíbrio previstas nos arts. 92 a 96 da Lei nº 14.133/2021.

**CLAUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

19.1. Fica eleito o foro da comarca de Teresina- PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

<b><u>PARTE ESPECÍFICA</u></b>	
As seguintes informações específicas sobre o Contrato, a seguir apresentadas, complementarão, suplementarão ou modificarão as disposições constantes da Parte Geral.	
<b>EM CASO DE CONFLITO, PREVALECERÃO AS DISPOSIÇÕES AQUI CONTIDAS.</b>	
<b>Parte Geral</b>	<b>Definições da Parte Específica</b>
<b>1.1.</b>	Processo Administrativo: SEI nº 00049.001454/2025-39
<b>1.2</b>	( X ) A presente contratação decorre do Pregão Eletrônico n. (...) e Ata de Registro de Preços n. (...).
<b>2.1</b>	O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada na prestação do serviço contínuo de agenciamento de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, conforme o Termo de Referência.
<b>2.1.1</b>	(X) O fornecimento ocorrerá de forma continuada, tendo em vista que visa atender necessidade permanente da contratante. ( ) O fornecimento não ocorrerá de forma continuada.
<b>2.2</b>	

	<p>(X) A execução do serviço ocorrerá sob o regime por preço unitário.</p> <p>( ) A execução do serviço ocorrerá sob o regime por preço global.</p>
<b>3.1</b>	O recebimento e critério de aceitação do objeto será definido <b>conforme item 6 do Termo de Referência, Anexo I.</b>
<b>4.1.</b>	(X) O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ 96.532,00 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais) sendo meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
<b>6.1.1.</b>	(X) Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice <b>IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)</b> , conforme item <b>1 do Termo de Referência, Anexo I.</b>
<b>7.1.</b>	A despesa decorrente da contratação por meio do pregão eletrônico será custeada pela dotação orçamentária da <b>Unidade 12002 - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)</b> , vinculada à ação programática <b>12002.08244.0001.2047.</b>
<b>8.1.</b>	O contratado no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5%. (Cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
<b>15.1.</b>	O <b>prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses</b> , podendo ser <b>prorrogado por igual período</b> , nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, conforme o interesse da Administração e a disponibilidade orçamentária.
<b>16.1</b>	<p>( ) Será permitida a subcontratação, conforme Termo de Referência- Anexo I.</p> <p>(X) Não será permitida a subcontratação, conforme item 7.1.5 do Termo de Referência - Anexo I.</p>

Para firmeza e validade do pactuado, o presente CONTRATO foi lavrado em uma única via, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelas partes.

Teresina (PI), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

(NOME DA AUTORIDADE)

ÓRGÃO

CONTRATANTE

(EMPRESA)

(REPRESENTANTE - CARGO)

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

2.



## ANEXO IV- FOMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Sr. (a) Pregoeiro (a), Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO** ou **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Apresentamos nossa proposta conforme Anexo I (Termo de Referência) que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

### 1. 1. CONDIÇÕES GERAIS:

A Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº estabelecida no (a) \_\_\_\_\_, para o **REGISTRO DE PREÇOS** visando a contratação de empresa(s) para XXXXXXXXXXXX para atender demandas da XXXXXXXXXXXX e demais órgãos e entes que compõem a Administração Pública Municipal, de acordo com as especificações e condições constantes do Pregão ou Concorrência em referência, bem como do respectivo Edital e seus Anexos.

O valor total do LOTE/GRUPO \_\_\_\_ é de R\$ \_\_\_\_\_ (em algarismo e por extenso).

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT ou CATSERV	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Valor Total do item ou grupo.....						R\$

Validade da Proposta: XXXXX, a contar da data de sua apresentação.

Inclui-se nesta proposta marca/fabricante dos itens respectivos, **quando houver**;

Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes do fornecimento dos serviços do objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

**OBS.: É de responsabilidade da licitante preencher corretamente as informações conforme modelo da proposta, incluindo o objeto principal licitado no Edital e Termo de Referência.**



Documento assinado eletronicamente por **Laura de Carvalho Oliveira, Supervisora de Processamento de Contratações Públicas**, em 30/04/2026, às 09:57, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Daniela Barros Silva, Coordenadora de Compras Públicas**, em 30/04/2026, às 10:12, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos**, em 04/05/2026, às 15:52, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **15217499** e o código CRC **A86EE465**.

Referência: Processo nº 00049.001454/2025-39

SEI nº 15217499

Rua Firmino Pires, 121 - Bairro Centro - - CEP 64001-070 - Teresina - PI  
- <http://sema.teresina.pi.gov.br/>



Termo de Referência

<b>Unidade Requisitante</b>	Gerência de Proteção Social Básica (GPSB)
<b>Unidade Responsável</b>	Setor de Compras da Gerência Administrativa - SC / SEMCASPI
<b>Tipo de Contratação</b>	Prestação de serviços continuados com fornecimento de bens (passagens rodoviárias + agenciamento)
<b>Modalidade de Contratação</b>	Pregão Eletrônico
<b>Critério de Escolha</b>	Menor preço (modalidade aberta, buscando proposta mais vantajosa)
<b>Valor Estimado Total</b>	R\$ 96.532,00 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais)
<b>Base Legal</b>	<b>Lei nº 14.133/2021 - Art. 28, inciso II (Pregão); Decreto Municipal nº 25.530/2024 - Rito Comum; Decreto Municipal nº 24.006/2023</b>

## 1. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência a **contratação de empresa especializada na prestação do serviço contínuo de agenciamento de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais**, por meio da **modalidade pregão eletrônico**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, com vistas a atender à demanda da **Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI)**, por meio da **Gerência de Proteção Social Básica (GPSB)**, no município de Teresina - PI.

A contratação tem por finalidade garantir a **continuidade e a regularidade do benefício eventual "Auxílio Passagem"**, previsto na **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742/1993)**, na **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** e na **Lei Municipal nº 4.916/2016**, destinado a **famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade temporária**, como pessoas em situação de rua, migrantes em deslocamento forçado ou outras situações de risco social.

O serviço visa possibilitar o deslocamento de pessoas a seus locais de origem ou para acesso a serviços essenciais em outros municípios, garantindo o direito à mobilidade e a proteção social básica. A contratação é urgente e necessária diante da rescisão do Contrato nº 12/2020, ocorrida em 30 de janeiro de 2025, fato que comprometeu a continuidade da política pública e poderá gerar desassistência social e responsabilidade jurídica para o Município.

A contratação compreende, de forma contínua e centralizada:

A **intermediação na emissão, reserva, cancelamento e remarcação** de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, conforme demanda;

A **prestação de suporte técnico especializado e atendimento emergencial 24 horas**, visando garantir a agilidade e flexibilidade necessárias à natureza do benefício;

A **integração com o Sistema de Gestão de Benefícios Eventuais (SIGBE)**, assegurando controle, rastreabilidade e padronização do serviço prestado.

Conforme o **Documento de Formalização de Demanda - DFD 47 (Doc. nº 11610399)** a **estimativa total é de 200 (duzentas) unidades de passagens**, distribuídas por todas as regiões do país, com **valor unitário médio estimado de R\$ 397,16**, totalizando **R\$ 79.432,00**. O **valor do serviço de agenciamento**, que varia conforme a região de destino, está estimado em **R\$ 17.100,00**, resultando em um **valor global de R\$ 96.532,00 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais)**.

Considerando a natureza **indivisível, contínua e técnica do serviço**, a contratação será realizada em **lote único**, assegurando a economicidade, eficiência, gestão integrada e atendimento imediato das demandas emergenciais.

A presente contratação será regida pelos **princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público**, conforme os arts. 5º, 6º e 11 da **Lei nº 14.133/2021**.

O **prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses**, podendo ser **prorrogado por igual período**, nos termos do art. 106 da **Lei nº 14.133/2021**, conforme o interesse da Administração e a disponibilidade orçamentária.

O contrato poderá admitir **reajuste anual**, contado a partir da data da apresentação da proposta, com base na **variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, conforme o art. 92, §3º, da **Lei nº 14.133/2021**, mediante requerimento formal da contratada e comprovação documental da variação do índice.

## 2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela **necessidade urgente, contínua e imprescindível** de garantir a prestação do benefício eventual **“Auxílio Passagem”** a **famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social no município de Teresina**, no âmbito da **Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI)**, sob a gestão da **Gerência de Proteção Social Básica (GPSB)**.

Trata-se de um benefício previsto na **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742/1993)**, regulamentado pela **Lei Municipal nº 4.916/2016** e alinhado às diretrizes da **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** e do **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, com o objetivo de assegurar o **direito à mobilidade social** a pessoas em situação de risco, abandono, desabrigo ou necessidade de retorno ao convívio familiar ou acesso a serviços essenciais em outros municípios.

A contratação se faz **ainda mais necessária e emergencial diante da rescisão do Contrato nº 12/2020, ocorrida em 30 de janeiro de 2025**, fato que comprometeu a continuidade da oferta do benefício e ameaça provocar **desassistência, sobrecarga na rede socioassistencial, violação de direitos sociais e risco de responsabilização jurídica da Administração Pública** por omissão diante de obrigação legal.

A execução direta pela Administração Pública foi descartada por inviabilidade operacional e falta de estrutura para realizar, de forma eficiente e célere, os procedimentos de aquisição, controle, remarcação e cancelamento de passagens junto a diversas empresas rodoviárias. Também foram descartadas alternativas como convênios com entes públicos ou entidades do terceiro setor, credenciamento e ata de registro de preços, por não atenderem à urgência, abrangência e integração exigidas.

Diante disso, a **contratação de empresa especializada em agenciamento de passagens rodoviárias** mostra-se a única solução **legal, técnica e operacionalmente viável**, permitindo agilidade, atendimento emergencial 24h, rastreabilidade, centralização das demandas e integração com o **Sistema de Gestão de Benefícios Eventuais (SIGBE)**, ferramenta oficial da GPSB.

O **valor total estimado** da contratação, no **Mapa Comparativo de Preços (Doc. nº 12349760)** é de **R\$ 96.532,00 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais)**, sendo **R\$ 79.432,00** referentes à aquisição de **200 (duzentas) passagens rodoviárias** e **R\$ 17.100,00** correspondentes às **taxas de agenciamento**. Este valor **ultrapassa o limite legal de dispensa de licitação** previsto no inciso II do art. 75 da **Lei nº 14.133/2021**, razão pela qual será adotado o **pregão eletrônico**, conforme art. 28 da mesma lei.

O **pregão eletrônico** é a modalidade mais adequada por tratar-se de **objeto comum**, com especificações padronizadas, critérios objetivos de julgamento e possibilidade de ampla competição. Essa escolha promove **transparência, isonomia, celeridade e segurança jurídica**, em consonância com os princípios da **legalidade, economicidade, eficiência e publicidade**.

O **parcelamento do objeto foi tecnicamente analisado e descartado**, pois trata-se de um serviço **indivisível e de execução centralizada**, cuja fragmentação comprometeria o controle, a rastreabilidade, a gestão integrada via SIGBE e a qualidade do atendimento às demandas emergenciais. A contratação em **lote único** assegura maior eficiência administrativa, conforme o **caput do art. 5º da Lei nº 14.133/2021**.

A contratação também é essencial para evitar **interrupções no atendimento de pessoas em extrema vulnerabilidade**, muitas vezes em risco social iminente, contribuindo para a **reintegração familiar, acesso a políticas públicas essenciais e redução da permanência em situação de rua ou de desabrigo**. Sua ausência comprometeria o funcionamento da rede de proteção social do município e poderia gerar **graves consequências humanas, sociais e jurídicas**.

Dessa forma, a contratação do serviço de agenciamento de passagens rodoviárias, por meio de **pregão eletrônico com modo de disputa “aberto”**, conforme §1º do art. 33 da **Lei nº 14.133/2021** (admitindo-se o modo “aberto e fechado” mediante justificativa técnica posterior), configura-se como a **solução legal, necessária, vantajosa e estrategicamente adequada**, garantindo a continuidade do benefício eventual “Auxílio Passagem” e o cumprimento das obrigações da política de assistência social do Município de Teresina.

## 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

O objeto do presente Termo de Referência enquadra-se como **serviço comum**, nos termos do art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar da **contratação de serviço de agenciamento de passagens rodoviárias**, cujas condições de prestação podem ser descritas de forma clara, objetiva e padronizada, com base em práticas usuais de mercado.

A classificação como **serviço comum** foi confirmada a partir da análise técnica contida no **Estudo Técnico Preliminar (Doc. nº 11721145)**, que identificou que os serviços de consulta, reserva, emissão, cancelamento e remarcação de passagens rodoviárias, bem como o suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas, são atividades padronizáveis e amplamente ofertadas por empresas especializadas no setor de turismo e transporte.

Os requisitos operacionais da contratação — como integração ao Sistema de Gestão de Benefícios Eventuais

(SIGBE), suporte emergencial contínuo, rastreabilidade das emissões e padronização no atendimento — podem ser especificados tecnicamente, permitindo a **comparação objetiva entre as propostas** apresentadas, conforme determina a legislação vigente.

Além disso, os **serviços de agenciamento e os próprios bilhetes rodoviários** são amplamente disponíveis no mercado nacional, sendo possível identificar valores médios praticados em diferentes regiões do país. A composição do valor estimado da contratação foi realizada com base em levantamento de preços junto ao mercado, com média ponderada das passagens por região e cotação dos serviços da empresa Primeira Classe Turismo LTDA, evidenciando a existência de concorrência e condições favoráveis à contratação.

Apesar de sua natureza comum, o objeto **não permite parcelamento**, uma vez que a centralização da gestão e o controle unificado da execução contratual são fundamentais para garantir a efetividade da política pública, conforme exposto nos itens anteriores deste Termo de Referência.

A opção pela **modalidade de pregão eletrônico**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, é a mais adequada para o objeto em questão, pois assegura **ampla competitividade, celeridade processual, economicidade, transparência e isonomia entre os licitantes**. Trata-se de uma modalidade eficiente para contratação de serviços comuns, inclusive com a possibilidade de participação de empresas localizadas em diversas regiões do país.

Dessa forma, a **classificação do objeto como serviço comum está devidamente fundamentada**, tanto do ponto de vista técnico quanto legal, permitindo a adoção do pregão eletrônico como a solução mais vantajosa para o atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas – SEMCASPI.

A medida assegura o cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública e os dispositivos legais da nova Lei de Licitações e Contratos, promovendo uma contratação **segura, eficiente e alinhada ao interesse público**, garantindo a continuidade do benefício eventual “Auxílio Passagem” às pessoas em situação de vulnerabilidade social no município de Teresina.

#### 4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

Para viabilizar a presente contratação, a Administração Pública adotará a **modalidade de pregão eletrônico**, nos termos do **art. 28, inciso II**, combinado com o **art. 6º, inciso XXVII**, da **Lei nº 14.133/2021**, considerando que o objeto — **prestação de serviços de agenciamento de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais** — configura-se como **serviço comum**, cuja execução pode ser descrita de forma objetiva, padronizada e usual no mercado.

A **escolha pela modalidade de pregão eletrônico** encontra respaldo na **preferência legal expressa** e nas **vantagens operacionais** que oferece, como:

**ampla competitividade**, ao permitir a participação de empresas de todo o território nacional;

**celeridade processual**, adequada à natureza emergencial e contínua da demanda;

**transparência e isonomia**, garantindo julgamento objetivo e publicidade em todas as fases;

e **economia para a Administração**, ao assegurar a seleção da proposta mais vantajosa.

A contratação está vinculada à execução da política pública municipal de assistência social, mais especificamente à operacionalização do benefício eventual “**Auxílio Passagem**”, conforme previsto na **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)** e nas diretrizes do **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. A necessidade de contratação está devidamente demonstrada no **Documento de Formalização de Demanda - DFD 47 (Doc. nº 11610399)** e no respectivo **Estudo Técnico Preliminar - (Doc. nº 11721145)**, que fundamentam tecnicamente a presente contratação.

O **valor estimado global da contratação é de R\$ 96.532,00 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais)**, calculado com base em levantamento de mercado, análise de histórico de demandas no SIGBE, e proposta comercial da empresa **Primeira Classe Turismo LTDA**, que serviu como referência de preços e escopo técnico.

A estratégia de fornecimento adotada será sob demanda, com prestação contínua ao longo da vigência contratual, por até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada conforme previsão legal. O atendimento será realizado conforme as solicitações da SEMCASPI, garantindo suporte emergencial 24 (vinte e quatro) horas, inclusive em finais de semana e feriados, sem fragmentação do objeto contratual, preservando a centralização, controle e rastreabilidade via SIGBE.

O processo licitatório será conduzido **por meio de sistema oficial de compras públicas (como Compras.gov.br ou plataforma equivalente)**, com **sessão pública eletrônica**, assegurando o cumprimento dos **princípios da publicidade, legalidade, eficiência e julgamento objetivo**, conforme determina a **Lei nº 14.133/2021**.

Os licitantes deverão apresentar **documentação completa de habilitação**, conforme exigido nos **artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021**, abrangendo:

**Habilitação jurídica;**

**Regularidade fiscal e trabalhista;**

**Qualificação econômico-financeira;**

**Qualificação técnica compatível com o objeto;**

**Comprovação de capacidade operacional para atendimento emergencial 24h;**

**Declarações de atendimento às exigências do Termo de Referência;**

**Proposta financeira compatível com o valor estimado.**

A contratação será formalizada por **instrumento contratual**, observando-se os prazos, condições e cláusulas previstas na legislação vigente, inclusive quanto à possibilidade de **reajuste anual**, conforme **art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021**, com base na variação acumulada do IPCA.

## **5. EXIGÊNCIAS GERAIS DE QUALIDADE E SEGURANÇA OPERACIONAL**

A empresa contratada deverá atender, de forma contínua, padronizada e segura, às seguintes exigências técnicas e operacionais, visando assegurar a eficiência do serviço prestado e a conformidade com os objetivos da política pública de assistência social:

### **5.1. Capacidade de Atendimento Imediato:**

As solicitações de emissão de passagens, especialmente em caráter emergencial, deverão ser atendidas no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas do recebimento da demanda pela Administração.

A empresa deverá manter estrutura operacional disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, para assegurar o atendimento ininterrupto às demandas da SEMCASPI.

**A contratada deverá comprovar capacidade técnica e operacional para manter atendimento contínuo 24 horas por dia, inclusive em feriados, mediante equipe dedicada exclusiva e sistema tecnológico redundante, que garantam a ininterruptibilidade do serviço, prevenindo eventuais falhas ou indisponibilidades.**

### **5.2. Cobertura Abrangente e Flexibilidade de Horários:**

Deverá ser garantida a disponibilidade de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais em múltiplos horários e dias, considerando a malha viária nacional e os principais destinos atendidos pela Política Municipal de Assistência Social.

A contratada deverá operar com diversas viações e terminais, a fim de atender a diferentes realidades regionais e perfis de deslocamento dos beneficiários.

**Deverá garantir parcerias formalizadas com pelo menos três operadoras regionais ou nacionais que atuem nos principais corredores rodoviários, assegurando a diversidade necessária e a flexibilidade para atender a diferentes perfis dos beneficiários.**

### **5.3. Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais:**

A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas que assegurem a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais tratados durante a prestação do serviço, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

Entre os controles exigidos, destacam-se:

- Utilização de criptografia para proteção dos dados em trânsito e em repouso;
- Controle rigoroso de acesso aos sistemas, baseado no princípio do menor privilégio;
- Auditoria e monitoramento contínuo dos logs de acesso e operações realizadas nos sistemas;
- Realização de treinamentos periódicos sobre LGPD e segurança da informação para todos os funcionários envolvidos na prestação do serviço;
- Implementação de plano de resposta a incidentes de segurança, com procedimentos claros para identificação, contenção, mitigação e comunicação de eventuais incidentes relacionados a dados pessoais.

### **5.4. Rastreabilidade e Controle das Operações:**

Todos os serviços executados deverão ser registrados em sistema próprio da contratada, com acesso liberado à Administração para fins de auditoria, conferência e prestação de contas.

As emissões deverão ser integradas ao sistema SIGBE – Sistema de Gestão de Benefícios Eventuais, de forma a garantir o controle centralizado, a rastreabilidade das passagens emitidas e a geração de relatórios gerenciais.

A contratada deverá garantir que seu sistema possua funcionalidades específicas para assegurar a integridade dos dados, permitindo a exportação de relatórios em formatos padrão, como CSV e PDF, além de oferecer suporte técnico contínuo para a integração eficaz e ininterrupta com o sistema SIGBE.

### **5.5. Política de Cancelamento, Reembolso e Remarcação:**

A contratada deverá garantir a devolução integral dos valores referentes às passagens canceladas, respeitadas as normas das empresas de transporte rodoviário e a legislação aplicável.

O reembolso deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a solicitação formal da Administração.

As remarcações deverão ser realizadas sem cobrança de taxas adicionais indevidas, exceto quando previstas pelas transportadoras e devidamente justificadas, e deverão ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, salvo justificativas documentadas pela transportadora.

#### 5.6. Comprovação de Capacidade Técnica:

A empresa deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica que demonstrem experiência prévia na prestação de serviços compatíveis com o objeto, incluindo:

- Agenciamento de passagens rodoviárias;
- Atendimento emergencial em regime 24x7;
- Operação em escala e sob demanda.

Os atestados deverão ser emitidos nos últimos 24 (vinte e quatro) meses e comprovar a efetiva prestação dos serviços em volume e características semelhantes às exigidas neste objeto contratual.

#### 5.7. Proibição de Cobranças Adicionais Indevidas:

É vedada a cobrança de quaisquer taxas ou encargos não previstos expressamente no edital e nos contratos de transporte rodoviário, salvo os que decorram de solicitação expressa da Administração ou do usuário, conforme regulamentação vigente.

A contratada fica obrigada a fornecer comprovantes detalhados das tarifas cobradas, garantindo transparência nas operações. Em caso de cobrança indevida, deverá proceder à devolução imediata do valor, sob pena de aplicação de sanções previstas no contrato e na legislação aplicável.

#### 5.8. Qualidade na Prestação do Serviço:

A contratada deverá observar padrões adequados de atendimento, com cordialidade, presteza e eficiência, assegurando que o serviço contribua efetivamente para a garantia de direitos e dignidade das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Deverá disponibilizar canal de atendimento ao beneficiário, com registro sistemático de reclamações, sugestões e elogios, além de monitorar indicadores de satisfação para promover melhorias contínuas no serviço prestado.

#### 5.9. Transparência e Prestação de Contas:

Será exigida a emissão de relatórios mensais contendo:

- Relação das passagens emitidas, canceladas e remarçadas;
- Dados do beneficiário (nome, CPF, origem/destino, data e valor da passagem);
- Justificativa da emissão, conforme classificação do benefício eventual.

Os relatórios mensais deverão ser entregues até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao período reportado e apresentados em formato digital padrão, com campos estruturados conforme modelo definido pela Administração.

#### 5.10. Compatibilidade Econômica e Conformidade Legal:

O valor global estimado para a contratação é de **R\$ 96.532,00 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais)**, calculado com base na análise do histórico de demandas no SIGBE e na proposta comercial da empresa Primeira Classe Turismo LTDA, que serviu como referência de preços e escopo técnico.

O levantamento de preços realizado considerou uma projeção da demanda anual de aproximadamente **200 passagens**, abrangendo passagens intermunicipais e interestaduais de variadas distâncias, conforme especificado no **Documento de Fundamentação da Demanda - DFD (Documento nº 47 - Doc. nº 11610399)**.

O **Mapa Comparativo de Preços (Doc. nº 12349760)** apresenta uma amostra representativa dos valores cotados para passagens terrestres em diferentes regiões do país, considerando as mesmas 200 passagens para fins de pesquisa de mercado:

Região	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Norte	30	47,50	1.425,00
Nordeste	50	52,25	2.612,50
Centro-Oeste	40	76,00	3.040,00
Sudeste	50	109,25	5.462,50
Sul	30	152,00	4.560,00
<b>Total Amostra</b>	<b>200</b>		<b>17.100,00</b>

Além disso, o valor global considera eventuais custos adicionais relativos ao serviço de agenciamento, marcação, remarcação e cancelamento das passagens, conforme previsto no objeto da contratação.

A estimativa está fundamentada na Planilha de Composição de Custos (Documento nº 12411580) e no



**Documento de Formalização de Demanda - DFD 47 (Doc. nº 11610399)**, elaborados em conformidade com o Decreto nº 11.246/2022 e as diretrizes estabelecidas no Manual de Planejamento das Contratações Públicas.

A variação observada entre os preços cotados foi inferior a 6%, indicando equilíbrio de mercado e ausência de sobrepreço, o que comprova que os valores praticados estão compatíveis com a realidade orçamentária da SEMCASPI.

## **6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e considerando a contratação por pregão eletrônico, o recebimento do serviço de agenciamento de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais será realizado em duas etapas: **recebimento provisório** e **recebimento definitivo**, observando a natureza do objeto, a necessidade de controle da conformidade contratual e o atendimento eficiente e contínuo às demandas da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas – SEMCASPI.

### **6.1. . RECEBIMENTO PROVISÓRIO:**

O recebimento provisório ocorrerá no momento da emissão e entrega das passagens rodoviárias solicitadas, mediante conferência realizada pela equipe técnica designada pela SEMCASPI. Nessa etapa serão verificados os seguintes critérios:

Quantidade de passagens emitidas versus quantidade solicitada;

Conformidade dos bilhetes com as especificações contratuais, incluindo trecho, data, horário e classe de passagem;

Validade e autenticidade dos bilhetes ou comprovantes emitidos;

Atendimento ao prazo e condições estabelecidos para a emissão das passagens;

Regularidade da documentação fiscal e comprovação do pagamento das tarifas e taxas correspondentes.

### **6.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO:**

O recebimento definitivo será formalizado em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante constatação da conformidade integral do serviço contratado, através da emissão de termo circunstanciado assinado pelos responsáveis designados pela SEMCASPI.

Caso sejam identificadas irregularidades, a empresa deverá providenciar a correção ou a emissão de passagens substitutas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem custos adicionais para a Administração.

Na ausência de manifestação formal da Administração no prazo estipulado, o serviço será considerado tacitamente aceito, conforme previsão legal, salvo disposição em contrário registrada formalmente.

#### **6.2.1. COMISSÃO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

Considerando que o valor global estimado da contratação supera R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme disposto no §1º do art. 73 da Lei nº 14.133/2021, a Administração constituirá uma Comissão de Recebimento Definitivo, composta por no mínimo 03 (três) servidores efetivos, para verificação formal da conformidade do serviço prestado.

#### **6.2.2. PENALIDADES E SANÇÕES**

O descumprimento das especificações técnicas, atrasos na emissão das passagens ou falhas na substituição das irregularidades poderá acarretar:

Recusa do serviço;

Aplicação de sanções administrativas (advertência, multa, suspensão temporária, impedimento de licitar ou contratar);

Eventual rescisão contratual, nos termos dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

#### **6.2.3. FORMALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA**

Durante o processo de recebimento, a equipe técnica deverá assegurar que o serviço prestado atenda aos requisitos legais, técnicos e administrativos, garantindo transparência, segurança e a proteção dos direitos dos usuários.

Todos os atos relativos ao recebimento — provisório ou definitivo — serão formalizados mediante relatórios técnicos ou termos de recebimento, devidamente assinados pelas partes responsáveis, para fins de registro, controle, fiscalização e transparência administrativa.

Caso sejam identificadas falhas, inconsistências ou irregularidades na prestação do serviço, a empresa contratada será notificada formalmente e deverá promover a correção imediata no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital, contrato e legislação vigente.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente considerando a contratação por meio de pregão eletrônico para prestação de serviços comuns, a empresa vencedora do certame (doravante denominada Contratada) deverá observar integralmente as obrigações constantes neste Termo de Referência e nas condições

pactuadas na proposta vencedora.

## **7.1. A CONTRATADA OBRIGA-SE A:**

### **7.1.1. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

Efetuar o agenciamento e emissão das passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais conforme solicitações da SEMCASPI, nos prazos e condições estabelecidos, garantindo a correta emissão dos bilhetes, acompanhada da documentação fiscal eletrônica correspondente.

Assegurar que as passagens emitidas estejam de acordo com as especificações solicitadas, incluindo data, horário, trecho, classe e demais características definidas no contrato.

Promover a correção ou substituição imediata, sem ônus para a Administração, das passagens com irregularidades, erros ou inconsistências identificadas.

### **7.1.2. GARANTIAS E RESPONSABILIDADES TÉCNICAS**

Responder por eventuais falhas, erros ou danos decorrentes do serviço prestado, incluindo questões relacionadas à autenticidade e validade das passagens emitidas.

Atender às solicitações formais da Administração para correção ou reemissão de passagens em até 24 (vinte e quatro) horas, sempre que constatadas inconformidades.

### **7.1.3. COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO À ADMINISTRAÇÃO**

Responder prontamente às solicitações e comunicações da equipe técnica responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa interferir no cumprimento das obrigações contratuais, apresentando justificativas e plano de contingência.

Manter canal de comunicação permanente com o gestor e o fiscal do contrato.

### **7.1.4. CONDIÇÕES CONTRATUAIS E DE HABILITAÇÃO**

Manter atualizadas, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como as condições de qualificação técnica e econômico-financeira exigidas no pregão.

### **7.1.5. SUBCONTRATAÇÃO E TRANSFERÊNCIA**

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, salvo previsão expressa no edital e no contrato, devidamente autorizada pela Administração.

### **7.1.6. RECURSOS HUMANOS E EXECUÇÃO**

Disponibilizar equipe técnica qualificada, treinada e identificada para a correta execução dos serviços de agenciamento e emissão das passagens.

Apresentar, quando solicitado, documentação que comprove a regularidade trabalhista, inclusive folha de pagamento e comprovantes de recolhimentos legais.

Manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações obtidas em razão do contrato, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), utilizando-as exclusivamente para a execução do objeto contratual.

### **7.1.7. ENCARGOS E CUSTOS**

Arcar com todos os encargos decorrentes da execução do contrato, incluindo tributos, taxas, despesas administrativas e quaisquer custos relacionados à prestação do serviço.

Executar as obrigações contratuais com qualidade, pontualidade e economicidade, nos termos do edital e da proposta apresentada.

Responder por danos causados à Administração Pública ou a terceiros em decorrência de suas ações ou omissões.

### **7.1.8. DOCUMENTAÇÃO E REGISTROS**

Manter registro atualizado das passagens emitidas, disponibilizando relatórios periódicos contendo informações sobre local, data, quantidade, destino e beneficiários, conforme modelo a ser fornecido pela Administração, para fins de controle, fiscalização e pagamento.

### **7.1.9. PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO**

Estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, nos casos de descumprimento contratual.

### **7.1.10. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Sempre que possível, adotar práticas sustentáveis, como a priorização de documentos eletrônicos, minimização do uso de papel e respeito às normas ambientais vigentes.

### **7.1.11. ATENDIMENTO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA**

Estar apta a realizar a emissão e entrega de passagens emergenciais ou reemissões em prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando solicitada formalmente pela Administração, assegurando o atendimento

contínuo às demandas da SEMCASPI.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A Contratante, representada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas – SEMCASPI, obriga-se a:

### **8.1. RECEBIMENTO E VERIFICAÇÃO DO OBJETO**

Receber provisoriamente os serviços de agenciamento e emissão das passagens rodoviárias, disponibilizando local, data e horário adequados para eventuais conferências e verificações pela equipe técnica da Administração.

Verificar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a conformidade dos serviços prestados com as especificações deste Termo de Referência, da proposta vencedora no pregão eletrônico e da legislação aplicável, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

Instituir Comissão de Recebimento Definitivo, composta por, no mínimo, 03 (três) servidores efetivos, nos termos do art. 73, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor global da contratação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

### **8.2. ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

Designar formalmente equipe técnica ou servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo interlocução direta e eficaz com a Contratada para esclarecimentos, ajustes e providências necessárias.

Nomear formalmente um servidor para atuar como **Fiscal do Contrato**, com atribuições para:

Registrar ocorrências e intercorrências relativas à execução do contrato;

Solicitar providências à Contratada para correção de falhas ou irregularidades;

Emitir relatórios técnicos e pareceres que subsidiem as decisões do gestor do contrato.

Nomear formalmente um servidor para atuar como **Gestor do Contrato**, responsável por:

Aplicar sanções administrativas quando cabível;

Autorizar pagamentos após verificação do cumprimento contratual;

Encaminhar à autoridade competente demandas relacionadas a rescisões contratuais, se necessário.

Comunicar formalmente à Contratada quaisquer falhas, irregularidades ou desvios na execução do contrato, exigindo imediatas providências corretivas.

Formalizar a recusa do objeto quando houver inexecução parcial ou total, vícios ou descumprimentos, aplicando sanções e adotando medidas previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Assegurar que o Fiscal e o Gestor mantenham registros atualizados e organizados, contendo documentos, relatórios e comunicações pertinentes, para embasar decisões e possíveis ações administrativas.

### **8.3. PAGAMENTO**

Efetuar o pagamento à Contratada conforme os prazos e condições estabelecidos no contrato firmado após o pregão eletrônico, observando:

A regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada;

A efetiva prestação e aceitação definitiva do objeto contratado, sem pendências ou restrições.

### **8.4. INFORMAÇÕES E APOIO À EXECUÇÃO**

Fornecer todas as informações necessárias para a execução adequada dos serviços de agenciamento e emissão das passagens, incluindo cronogramas, locais e demais orientações determinadas pela SEMCASPI.

Garantir o acesso da Contratada aos sistemas ou plataformas eventualmente indicados para emissão ou conferência das passagens.

Promover condições adequadas para o pleno recebimento e validação dos bilhetes emitidos, zelando pela conformidade e segurança das informações.

### **8.5. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A execução do contrato celebrado em decorrência do pregão eletrônico será acompanhada e fiscalizada por agente público ou comissão designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

#### **8.5.1. FISCAL DO CONTRATO**

Será designado formalmente servidor efetivo da SEMCASPI para atuar como Fiscal do Contrato, com responsabilidades de:

Registrar ocorrências e intercorrências relativas à execução contratual;

Solicitar providências para correção de falhas ou irregularidades;

Emitir relatórios técnicos e pareceres para subsidiar a atuação do gestor.

#### **8.5.2. GESTOR DO CONTRATO**

Será designado servidor responsável pela gestão do contrato, incumbido de:

Aplicar sanções administrativas quando cabível;

Autorizar pagamentos após a verificação da execução contratual;

Encaminhar à autoridade competente demandas relacionadas à rescisão CONTRATUAL, SE NECESSÁRIO.

### **8.5.3. PUBLICAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Os atos administrativos de designação do Fiscal e do Gestor do Contrato serão formalizados e publicados conforme a legislação vigente.

A Contratada deverá manter canal permanente de comunicação com o Fiscal e Gestor, atendendo prontamente às solicitações, inclusive quanto à apresentação de documentos e relatórios técnicos.

## **9. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

Em conformidade com o art. 45 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e demais disposições legais aplicáveis, a Administração Pública poderá adotar, de forma motivada e sem necessidade de prévia manifestação da Contratada, medidas acauteladoras destinadas a prevenir danos ao interesse público, especialmente quando houver risco iminente de prejuízo de difícil ou impossível reparação.

Essas providências poderão incluir, entre outras, a retenção de pagamentos devidos à Contratada como mecanismo de proteção diante de situações que comprometam a adequada execução contratual, bem como a suspensão temporária do contrato até a regularização da situação.

A adoção das medidas acauteladoras será justificada, fundamentada e formalmente comunicada à Contratada, preferencialmente por escrito, garantindo registro documental adequado, e poderá ocorrer principalmente nos seguintes casos:

Inexecução total ou parcial do objeto contratado;

Falhas na emissão, entrega ou substituição das passagens rodoviárias solicitadas;

Constatação de irregularidades que comprometam a autenticidade, validade, integridade ou conformidade das passagens emitidas com as especificações contratuais;

Descumprimento dos prazos para correção ou reemissão das passagens com erros ou inconsistências;

Situações que possam comprometer a continuidade dos serviços ou o pleno atendimento às necessidades da SEMCASPI.

A Contratada será notificada da adoção da medida acauteladora e terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para apresentar sua manifestação, defesa ou comprovar a regularização da situação, assegurando o contraditório e ampla defesa nos termos das garantias constitucionais e legais.

As medidas adotadas serão sempre proporcionais ao risco identificado e poderão ser revistas a qualquer tempo, conforme a evolução do caso.

Caso a situação que motivou a adoção das medidas acauteladoras não seja regularizada dentro do prazo estipulado, a Administração poderá aplicar sanções administrativas adicionais, previstas em contrato e na legislação vigente, incluindo, mas não se limitando, à rescisão contratual.

Outras medidas acauteladoras poderão ser adotadas pela Administração, conforme o caso concreto, visando a proteção do interesse público e a adequada execução do contrato.

## **10. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

A fiscalização da execução do contrato será exercida por representante formalmente designado pela Administração, responsável pelo acompanhamento, controle, verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada e análise dos documentos comprobatórios durante toda a vigência contratual.

Compete ao Fiscal do Contrato:

- Esclarecer dúvidas relativas ao contrato;
- Orientar a Contratada quanto às exigências contratuais;
- Realizar visitas técnicas e inspeções presenciais periódicas, conforme a necessidade;
- Manter a Administração informada acerca de ocorrências relevantes relacionadas à execução dos serviços de agenciamento e emissão das passagens rodoviárias;
- Garantir acompanhamento rigoroso, imparcial e eficiente, possuindo experiência técnica adequada para tal.

O Fiscal deverá comunicar formalmente ao Gestor do Contrato qualquer irregularidade que possa comprometer o cumprimento das obrigações, preferencialmente em até 3 (três) dias úteis após sua identificação, assegurando agilidade na tomada de providências.

Além disso, manterá registros detalhados, atualizados e organizados de todas as ocorrências relativas à execução contratual, incluindo recomendações e orientações para melhoria contínua, comunicando-as à Contratada de forma clara e objetiva.

Esses registros subsidiarão providências administrativas cabíveis, incluindo a aplicação de sanções previstas no contrato, mediadas pelo Gestor do Contrato, assegurando transparência, efetividade e controle rigoroso da execução contratual.

O Fiscal poderá ainda atuar em conjunto com órgãos de controle interno, auditorias ou outros setores da Administração, para garantir uma fiscalização integrada e eficiente.

A atuação da fiscalização não exime a Contratada da responsabilidade integral pela adequada execução do objeto contratado, inclusive perante terceiros, nos termos do art. 116, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Eventuais falhas na execução não configuram co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes.

## **11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As infrações e as sanções administrativas aplicáveis à Contratada, durante a fase de licitação e ao longo da execução contratual, serão regidas pelo edital, pelo contrato e pela legislação vigente, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, observando as peculiaridades da contratação por pregão eletrônico e a proteção ao interesse público.

### **11.1. CONFIGURAM INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS, ENTRE OUTRAS:**

- Descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no contrato;
- Emissão ou entrega de passagens rodoviárias em desacordo com as especificações solicitadas (trecho, data, horário, classe, validade, etc.);
- Não substituição, no prazo estipulado, de bilhetes com erros, irregularidades ou inconsistências;
- Desobediência às orientações e determinações do Gestor e do Fiscal do Contrato;
- Atraso injustificado na entrega dos serviços solicitados;
- Apresentação de documentação fiscal ou comprobatória de forma irregular, incompleta ou fora do prazo;
- Reincidência em falhas anteriormente notificadas e não corrigidas adequadamente.

### **11.2. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS:**

A Administração poderá aplicar as seguintes sanções, de forma motivada e proporcional à gravidade da infração e ao prejuízo causado, observando-se o devido processo legal:

- Advertência, por escrito, nos casos de infrações de menor gravidade ou não reincidentes;
- Multa, conforme estipulado contratualmente, aplicada com base em critérios como gravidade, impacto ao serviço público e eventual reincidência;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos, nos termos do art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando houver prática de atos dolosos ou fraudulentos, conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
- Rescisão contratual, nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

### **11.3. GARANTIAS PROCESSUAIS:**

A aplicação de qualquer sanção observará os princípios do contraditório, ampla defesa, devido processo legal, publicidade e transparência.

A Contratada será notificada formalmente sobre a infração identificada e a penalidade pretendida, tendo prazo de até 10 (dez) dias úteis para apresentar defesa ou justificativas.

As decisões sancionatórias poderão ser objeto de recurso administrativo, dirigido à autoridade competente, conforme legislação vigente e instrumentos contratuais.

### **11.4. OUTRAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS:**

A Administração poderá, quando necessário, reter pagamentos devidos à Contratada, adotar medidas acauteladoras ou outras providências administrativas que se fizerem necessárias para resguardar o interesse público e garantir a adequada execução do contrato, conforme legislação aplicável.

## **12. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE**

A Contratada deverá adotar práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis em todas as etapas da prestação dos serviços de agenciamento e emissão de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, visando minimizar impactos ambientais decorrentes da execução contratual, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e os princípios da Lei nº 14.133/2021.

Serão observadas, como diretrizes obrigatórias, as seguintes ações:

### **12.1. GESTÃO DE RESÍDUOS E DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA**

- Priorizar o uso de bilhetes eletrônicos (e-tickets) e meios digitais de comunicação e comprovação,

reduzindo o uso de papel e outros materiais descartáveis;

- Quando necessária a emissão física, garantir o uso de materiais recicláveis ou de fácil descarte ambientalmente correto.

## **12.2. USO CONSCIENTE DE RECURSOS**

- Promover uso racional de recursos naturais, como energia e água, nas dependências administrativas utilizadas para execução do contrato;
- Digitalizar e automatizar processos para reduzir desperdícios.

## **12.3. TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL**

- Utilizar sistemas informatizados com menor impacto ambiental, hospedagem em servidores com certificações de eficiência energética (ex.: ISO 14001), e processos que priorizem a redução da pegada ecológica.

## **12.4. LOGÍSTICA OPERACIONAL SUSTENTÁVEL**

- Otimizar procedimentos de emissão e entrega das passagens para reduzir deslocamentos desnecessários e impacto ambiental, priorizando plataformas digitais e atendimento remoto.

## **12.5. SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL**

- Promover ações de sensibilização junto à equipe sobre a importância da sustentabilidade e do cumprimento das diretrizes ambientais, incentivando práticas alinhadas à proteção ambiental.

## **12.6. MONITORAMENTO, CONFORMIDADE E MELHORIA CONTÍNUA**

- Apresentar relatórios sucintos à Administração, quando solicitados, sobre as ações sustentáveis implementadas;
- Manter conformidade com normas ambientais vigentes durante toda a vigência do contrato, atualizando procedimentos conforme necessário;
- Incentivar a busca por soluções inovadoras e tecnologias limpas que contribuam para a melhoria contínua do desempenho ambiental.

## **13. PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato decorrente da contratação por pregão eletrônico será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante manifestação expressa de interesse da Administração, desde que haja justificativa técnica, vantagem para o interesse público e disponibilidade orçamentária, conforme art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo, respeitando as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na legislação vigente.

Durante a vigência contratual, as emissões das passagens deverão ser realizadas no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação formal da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas – SEMCASPI, salvo em casos de passagens emergenciais, cuja emissão poderá ser exigida em até 24 (vinte e quatro) horas, conforme previsto neste Termo.

Caso haja necessidade de antecipação, reemissão ou alteração do cronograma estabelecido, a Contratada será formalmente comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo em casos de urgência ou força maior, devidamente justificados pela Administração.

## **14. FONTES DE RECURSOS, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DESTINAÇÃO DE COTAS**

A despesa decorrente da contratação por meio do pregão eletrônico será custeada pela dotação orçamentária da **Unidade 12002 - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)**, vinculada à ação programática **12002.08244.0001.2047**.

A gestão da despesa enquadra-se na categoria orçamentária **Gestão dos Benefícios Eventuais**, conforme ficha 37, na despesa classificada como **3.3.90.33 - Passagens e Despesas com Locomoção**, com recursos oriundos da **Fonte 661115 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social - Recursos Vinculados**, sem convênio (Complem. da Fonte: 0 - Sem Convênio 9999), conforme **Pré Empenho (Doc. nº 13361316)**

A especificação da despesa é detalhada no subelemento **2 - Passagens para o País (Fora do Estado)**, item **1 - Passagens para o País (Fora do Estado)**, destinada à prestação do serviço de agenciamento de passagens rodoviárias (aquisição, marcação, cancelamento e remarcação), para concessão do benefício eventual na modalidade passagem para cidade de origem.

O valor total disponível para esta contratação é de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.



A execução financeira obedecerá às normas legais e orçamentárias vigentes, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006 e o art. 73 da Lei nº 14.133/2021, será adotada a destinação de cota reservada para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Cooperativas de Pequeno Porte, desde que compatível com o objeto e viável economicamente, considerando a existência de fornecedores aptos no mercado para a prestação do serviço.

A Administração reserva-se o direito de reavaliar a viabilidade da aplicação da cota reservada no momento da publicação do edital, levando em conta os aspectos técnicos, econômicos e o interesse público.

## 15. GESTÃO DE RISCOS

Em atendimento ao disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, foi elaborado o Mapa de Gerenciamento de Riscos – SC-SEMCASPI, anexado ao processo administrativo nº 00049.001454/2025-39, com foco na fase de planejamento da contratação e seleção do fornecedor via pregão eletrônico para prestação de serviço de agenciamento de passagens rodoviárias para concessão do benefício eventual – modalidade passagem para cidade de origem.

O documento identifica, analisa e define estratégias para os principais riscos que possam comprometer a efetividade da contratação e a entrega do serviço, especialmente considerando a urgência na concessão do benefício a famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Teresina.

Foram mapeados riscos relacionados a atrasos no processo administrativo, ausência de recursos orçamentários ou financeiros, impugnações e recursos administrativos, bem como atrasos ou suspensão na execução contratual. Cada risco foi avaliado segundo probabilidade, impacto e danos potenciais, e para cada um foram definidas ações preventivas, planos de contingência e responsáveis pela mitigação.

Dentre os principais riscos identificados, destacam-se:

- Atrasos no processo de contratação, comprometendo a emissão e disponibilização tempestiva das passagens;
- Impedimentos orçamentários ou financeiros, inviabilizando a contratação ou a continuidade da execução;
- Impugnações e recursos administrativos, que possam suspender ou atrasar o processo licitatório;
- Atrasos ou inexecução contratual, afetando diretamente o acesso das famílias ao benefício eventual.

As ações preventivas contemplam o planejamento fundamentado em soluções similares adotadas em outros órgãos, definição criteriosa dos requisitos legais e técnicos, verificação de histórico de impugnações, e atuação jurídica integrada, garantindo conformidade e agilidade na condução do processo.

Os planos de contingência preveem a alocação integral da equipe responsável para mitigar e eliminar causas que possam suspender ou atrasar o processo licitatório, assegurando a continuidade do cronograma de contratação e execução.

O monitoramento contínuo do Mapa de Riscos será realizado por equipe técnica designada, sob a coordenação formal do **Gestor de Riscos da SEMCASPI**, responsável pela atualização periódica do documento, comunicação formal dos riscos e suas tratativas aos gestores e demais envolvidos, garantindo transparência e agilidade nas decisões.

Para tornar a gestão mais objetiva e eficaz, serão utilizados indicadores específicos de monitoramento, tais como:

- Prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para análise e resposta a impugnações;
- Percentual máximo de 5% (cinco por cento) de atrasos aceitáveis no processo de contratação;
- Número máximo permitido de 2 (duas) falhas graves no cumprimento dos prazos contratuais por período trimestral.

O Mapa de Riscos será revisado, no mínimo, de forma trimestral ou sempre que ocorrer evento relevante que justifique atualização, garantindo o alinhamento contínuo das estratégias preventivas e corretivas.

A gestão dos riscos integrará as áreas técnica, jurídica e financeira da Administração, assegurando uma abordagem ampla, integrada e eficaz.

Ressalta-se que o não tratamento adequado dos riscos poderá ocasionar prejuízos à execução contratual, comprometendo o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, além de ensejar a aplicação de sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

O Mapa de Riscos encontra-se formalmente incluído nos autos do processo e será utilizado como instrumento de monitoramento contínuo, podendo ser revisado conforme a evolução do processo ou ocorrência de eventos relevantes.

### 15.1. INSPEÇÃO, CONTROLE E AMOSTRAS

A SEMCASPI reserva-se o direito de realizar inspeções e fiscalizações periódicas dos serviços prestados referentes ao agenciamento de passagens rodoviárias, para verificar a conformidade com as especificações contratuais, prazos de emissão, qualidade do atendimento, regularidade dos documentos e demais critérios estabelecidos neste Termo de Referência, nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021. Serviços que não

atenderem aos critérios mencionados poderão ser recusados, e o não atendimento a esses requisitos poderá levar à desclassificação do licitante, rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas na legislação vigente.

Considerando que o serviço destina-se a garantir o direito de locomoção das famílias em situação de vulnerabilidade social, a Administração ressalta a necessidade de rigor na fiscalização para assegurar eficiência, moralidade e proteção social.

Será exigida a apresentação de documentação comprobatória do serviço contratado, preferencialmente pelo licitante provisoriamente vencedor, conforme art. 47 da Lei nº 14.133/2021. Esta exigência será prevista no edital, contendo:

- Itens e características da documentação a serem avaliadas (bilhetes emitidos, comprovantes de compra, cancelamentos, remarcações, prazos, etc.);
- Prazo para apresentação dos documentos: até 5 (cinco) dias úteis após convocação;
- Local para apresentação da documentação: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMCASPI, responsável pela análise e fiscalização técnica antes da homologação.

O não atendimento a esta exigência implicará desclassificação.

Esta prática visa reduzir riscos de fraudes, garantir a correta concessão do benefício eventual e evitar prejuízos sociais decorrentes da não disponibilização ou irregularidade no serviço contratado, além de assegurar a correta aplicação dos recursos públicos.

**Para reforçar a fiscalização, a SEMCASPI poderá realizar auditorias surpresa e inspeções in loco, sempre que julgar necessário, mesmo considerando a natureza de agenciamento do serviço, para verificar a conformidade operacional e documental do objeto contratado, garantindo a efetividade e transparência da execução contratual.**

## **15.2. TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO**

Não aplicável ao serviço de agenciamento de passagens rodoviárias.

## **15.3. RELATÓRIO DE ENTREGA**

A cada **mês**, deverá ser apresentado relatório detalhado contendo a descrição dos serviços prestados, quantidades de passagens adquiridas, datas de emissão, destinos, beneficiários atendidos e eventuais ocorrências, assinado pelo responsável da Contratada e pelo Fiscal do Contrato da SEMCASPI.

## **15.4. SUBSTITUIÇÃO E DEVOLUÇÃO**

No caso de irregularidades nos serviços prestados, como emissão incorreta, atraso injustificado ou não disponibilização das passagens, a Administração notificará formalmente a Contratada por meio de comunicação escrita, preferencialmente via SEI com protocolo de recebimento ou outro meio que possibilite o registro documental da notificação.

A Contratada deverá realizar a correção ou substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da notificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, ficando sob responsabilidade da Contratada o ressarcimento de custos decorrentes de falhas ou prejuízos causados.

## **16. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este Termo de Referência foi elaborado em estrita observância à Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública. A elaboração considerou os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público, essenciais para garantir a transparência, legalidade e efetividade da contratação.

A contratação ora proposta tem como finalidade o fornecimento do serviço de agenciamento de passagens rodoviárias para concessão do benefício eventual, destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme demanda expressa da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMCASPI). O planejamento técnico detalhado e a especificação rigorosa dos serviços asseguram a eficiência, segurança e pontualidade necessárias para a execução do serviço público.

A presente contratação está respaldada por planejamento orçamentário aprovado, garantindo a disponibilidade de recursos financeiros, conforme legislação vigente e normas internas da SEMCASPI, o que confere segurança jurídica e financeira ao procedimento.

A Administração assegura o direito à transparência e ao acesso público às informações relativas ao contrato, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011, garantindo ampla publicidade aos atos administrativos.

A Contratada compromete-se a observar práticas que previnam conflitos de interesse, zelando pela ética e integridade na execução contratual.

Todas as comunicações, notificações ou intimações relativas ao contrato deverão ser realizadas por escrito, via correio eletrônico oficial ou meio físico, assegurando comprovação documental.

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre informações confidenciais e estratégicas da Administração obtidas durante a execução do contrato, respondendo por qualquer divulgação indevida.

## **16.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente contratação será realizada na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente:

Art. 28, inciso II, que prevê o Pregão como modalidade adequada para aquisição de bens e serviços comuns;

Além disso, a contratação obedecerá aos Decretos Municipais nº 25.530/2024, que regulamenta o rito comum para processos licitatórios, e nº 24.006/2023, especialmente seu art. 3º, inciso VII, que trata do Estudo Técnico Preliminar, base para o planejamento da contratação.

Todos os atos da licitação observarão rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, interesse público, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, garantindo transparência e competitividade no procedimento.

### **16.2. FORMA, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal eletrônica correspondente, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, após a comprovação do efetivo fornecimento das passagens rodoviárias contratadas. A liberação do pagamento estará condicionada à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, conforme exigido pela legislação vigente. A nota fiscal deverá conter os dados corretos da contratante e observar fielmente a descrição dos serviços fornecidos, de acordo com as especificações contratuais estabelecidas.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

O prazo de validade das propostas será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública, conforme disposto no art. 65, §3º da Lei nº 14.133/2021, salvo se outro prazo mais vantajoso for expressamente indicado pela licitante em sua proposta.

### **16.3. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

Durante a execução do contrato, a Administração poderá, por meio de aditivo devidamente justificado, acrescentar ou suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, observando a compatibilidade com o interesse público e a necessidade do serviço.

### **16.4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme previsto em lei e mediante justificativa técnica e disponibilidade orçamentária.

### **16.5. DA PRORROGAÇÃO E REAJUSTE**

A prorrogação poderá ocorrer por iguais e sucessivos períodos, limitada ao prazo máximo legal de 60 (sessenta) meses, conforme art. 106 da Lei nº 14.133/2021. O reajuste será aplicado após 12 (doze) meses da data da proposta, com base em índice oficial ou variação dos custos, conforme art. 134 da mesma lei.

### **16.6. DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, salvo autorização prévia e expressa da Administração e previsão contratual específica. Caso autorizada, a subcontratada deverá atender às mesmas exigências de habilitação e qualidade previstas para a contratada.

### **16.7. PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

São prerrogativas da Administração:

- a) Modificar unilateralmente o contrato para adequação às finalidades de interesse público;
- b) Fiscalizar rigorosamente a execução contratual;
- c) Aplicar sanções em caso de descumprimento;
- d) Rescindir unilateralmente o contrato quando cabível;
- e) Reter pagamentos como medida acauteladora diante de irregularidades.

### **16.8. DA PUBLICAÇÃO**

Em cumprimento ao art. 94 da Lei nº 14.133/2021, a íntegra do contrato e seus aditivos será publicada em meio oficial para garantir transparência e publicidade.

### **16.9. FORO E CASOS OMISSOS**

Fica eleito o foro da Comarca de Teresina - Piauí para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, e pela orientação da Procuradoria Jurídica do Município.

### **16.10. MODALIDADE E CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO**

A contratação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, sob o critério de julgamento do menor preço por item, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza do objeto e da necessidade de fornecimento sob demanda.

A adoção do SRP justifica-se pela recorrência da contratação dos serviços de agenciamento de passagens rodoviárias, pela possibilidade de variações nas quantidades solicitadas ao longo da vigência contratual e pela viabilidade logística de fornecimento conforme necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMCASPI.

O procedimento será regido pelo Decreto Municipal nº 25.627/2024, que regulamenta o SRP no âmbito do município, bem como pela legislação federal aplicável, atendendo ao disposto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

#### 16.11. PARTICIPAÇÃO DE ENTES COLETIVOS

Não será admitida a participação de entes coletivos, tais como consórcios ou cooperativas, na presente contratação, em razão da natureza do objeto — prestação de serviço de agenciamento de passagens rodoviárias — da necessidade de controle da responsabilidade individual dos fornecedores e da simplificação do processo de habilitação, nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

#### 16.12. ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO

Este Termo de Referência foi elaborado pela equipe técnica do setor de compras da gerência administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMCASPI, com base na análise técnica e demanda formalizada, considerando o Estudo Técnico Preliminar e demais documentos pertinentes. A aprovação foi realizada pela autoridade competente da SEMCASPI, garantindo conformidade técnica, jurídica e orçamentária para a continuidade do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane e Silva Nogueira Lima, Secretária Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas**, em 30/03/2026, às 15:51, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Tristão de Paiva Neto, Gerente Administrativo**, em 31/03/2026, às 12:43, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **João Cícero do Nascimento Filho, Gerente Executivo**, em 01/04/2026, às 10:34, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **14926260** e o código CRC **72F162AC**.

Referência: Processo nº 00049.001454/2025-39

SEI nº 14926260

Rua Álvaro Mendes, 861 - Bairro Centro - - CEP 64000-060 - Teresina - PI  
- <http://semcaspi.teresina.pi.gov.br/>



### Estudo Técnico Preliminar

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

**NOTA TÉCNICA** - Decreto Municipal nº 24.006/2023, Art. 3º, VII:

“Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.”

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) caracteriza a etapa inicial do planejamento da contratação pública, conforme disciplinado no art. 3º, VII, do Decreto Municipal nº 24.006/2023, e tem como finalidade identificar, avaliar e justificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública descrita a seguir, com fundamento na demanda formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda - DFD nº 47 (Doc. nº 11610399), em consonância também com o disposto no art. 11, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece o planejamento como fase obrigatória e estruturante da contratação pública, ressaltando a importância dos documentos preparatórios, como o Estudo Técnico Preliminar, para assegurar a eficiência, a legalidade e o atendimento ao interesse público.

Este ETP subsidia tecnicamente a instrução processual, demonstrando a **viabilidade técnica, econômica, jurídica e operacional** da contratação pretendida, e orientando a elaboração do Termo de Referência e dos demais documentos técnicos necessários, conforme determina a Lei Federal nº 14.133/2021.

<b>Objetivo:</b>	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de <b>agenciamento de passagens rodoviárias</b> , compreendendo a aquisição, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes intermunicipais e interestaduais, destinados à efetivação do benefício eventual <b>“Auxílio Passagem”</b> . A contratação visa atender às determinações da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993 - LOAS), da Lei Municipal nº 4.916/2016 e das normativas aplicáveis ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).  A medida é essencial para <b>assegurar a mobilidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social</b> , permitindo seu deslocamento para atendimento de necessidades emergenciais, reintegração familiar ou retorno à cidade de origem, em conformidade com os princípios da proteção social básica e com as diretrizes do SUAS.
<b>Rito Processual:</b>	Comum (Inciso II, Art. 3º do Dec. 25.530/24)
<b>Unidade Requisitante:</b>	Gerência de Proteção Social Básica (GPSB)
<b>Unidade de Planejamento:</b>	Setor de Compras da Gerência Administrativa (SC)
<b>E-mail:</b>	gc.semcaspi@gmail.com

### 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), por meio da Gerência de Proteção Social Básica (GPSB), é responsável pela execução dos benefícios eventuais previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742/1993), e regulamentados localmente pela Lei Municipal nº 4.916/2016. Dentre esses benefícios, destaca-se o Auxílio Passagem, destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade social que necessitam se deslocar para outros municípios ou estados, seja para retorno à cidade de origem, reintegração familiar ou acesso a serviços essenciais. O benefício é operacionalizado por meio do Sistema de Gestão de Benefícios Eventuais (SIGBE), com demandas encaminhadas pelas unidades da rede socioassistencial, incluindo Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados (CREAS) e equipamentos de acolhimento como a Casa de Passagem e a Casa do Caminho.

Até então, o serviço era viabilizado pelo Contrato nº 12/2020, firmado com empresa especializada para o agenciamento de passagens rodoviárias, incluindo aquisição, marcação, remarcação e cancelamento. Contudo, com o encerramento da vigência desse contrato previsto para o dia 30 de janeiro de 2025, tornou-se necessária e urgente a contratação de nova empresa para assegurar a continuidade do atendimento e evitar a interrupção do benefício. A inexistência de alternativa contratual vigente, como Atas de Registro de Preços compatíveis, aliada à impossibilidade de obter o número mínimo de cotações exigido por normativos internos, mesmo após diversas tentativas de consulta ao mercado, justificou a elaboração da estimativa de preços por meio de planilha simples, conforme previsto na legislação vigente para situações de baixa competitividade ou inviabilidade de ampla pesquisa de preços.

Para compor essa estimativa, utilizou-se como base o valor unitário de R\$ 397,16 por passagem, conforme estipulado no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 47 (Doc. nº 11610399) e baseado nos preços praticados no contrato anterior, totalizando R\$ 79.432,00 para 200 passagens. A esse valor foram somadas as taxas de agenciamento apresentadas pela única empresa que respondeu à consulta, Primeira Classe Turismo LTDA, no valor total de R\$ 17.100,00, considerando a distribuição regional de passagens definida no Despacho GPSB nº 1783 (Doc. nº 12347678), o que resultou em um valor total estimado de R\$ 96.532,00 para a contratação.

A necessidade da contratação também se fundamenta no aumento expressivo da demanda pelo benefício. Dados extraídos do SIGBE indicam uma média mensal de 100 passagens concedidas entre os anos de 2022 e 2024, com tendência de crescimento contínuo. Para o exercício de 2025, estima-se a necessidade de 200 unidades, considerando o aumento das demandas vinculadas, especialmente, à população em situação de rua. “Em fevereiro de 2025, o Cadastro Único registrava 1.554 pessoas em situação de rua, distribuídas em 1.537 famílias no município de Teresina. Embora o número de famílias seja próximo ao de pessoas, esses dados refletem as informações oficiais disponíveis e podem incluir situações específicas, como famílias monopessoais. A maioria dessas passagens destina-se ao retorno dos usuários às suas cidades de origem, em ações voltadas à proteção, à reintegração familiar e ao fortalecimento de vínculos.

A não contratação do serviço comprometeria diretamente o acesso a direitos sociais básicos por parte da população mais vulnerável, o funcionamento da rede de serviços socioassistenciais e o cumprimento das obrigações legais do município. Também resultaria no aumento da permanência indevida em serviços de acolhimento, gerando sobrecarga estrutural e financeira para o poder público. Do ponto de vista social e humano, a ausência do serviço pode acentuar sentimentos de abandono, frustração e insegurança entre os usuários, agravando quadros emocionais e psíquicos e dificultando o processo de superação da situação de risco.

Diante do exposto, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de passagens rodoviárias configura-se como medida estratégica e indispensável para assegurar a continuidade da política pública de assistência social, garantir a efetivação do Auxílio Passagem e atender de forma célere, eficiente e legal à população em situação de vulnerabilidade social. A contratação seguirá a modalidade de pregão, conforme disposto no art. 28 da Lei nº 14.133/2021, preferencialmente na forma eletrônica, garantindo maior transparência, economicidade e isonomia no processo.

Além dos impactos sociais e humanos já mencionados, a contratação imediata do serviço é imprescindível para garantir a observância do princípio da continuidade do serviço público, previsto no art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Esse princípio impõe à Administração o dever de assegurar a regularidade, continuidade e ininterruptude dos serviços essenciais, especialmente aqueles voltados à proteção de direitos básicos da população vulnerável. A interrupção do benefício ‘Auxílio Passagem’ comprometeria não apenas o acesso aos direitos sociais, mas também a legalidade da atuação pública, expondo o município a riscos jurídicos e administrativos.

## **2- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação do serviço de agenciamento de passagens rodoviárias visa atender à continuidade da concessão do benefício eventual “Auxílio Passagem”, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social e da legislação municipal vigente. Essa necessidade foi identificada a partir da análise das demandas registradas no Sistema de Gestão de Benefícios Eventuais (SIGBE), alimentado pelas unidades da rede socioassistencial do município de Teresina, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e unidades de acolhimento institucional, as quais indicam a média de 100 passagens emitidas por ano entre 2022 e 2024.

Diante da rescisão do Contrato nº 12/2020, que anteriormente garantia a execução desse serviço, somada à expectativa de aumento da demanda para o ano de 2025 – especialmente em razão do crescimento no número de pessoas em situação de rua e de outras vulnerabilidades temporárias – foi estimada a necessidade de contratação de 200 unidades do serviço de agenciamento de passagens para o exercício corrente. Essa projeção leva em consideração o histórico de consumo, o aumento progressivo dos atendimentos sociais e a inexistência de estoque atual de passagens/vouchers disponíveis para atendimento imediato, tornando imperativa a reposição total da demanda prevista.

O serviço a ser contratado compreende todas as etapas operacionais necessárias à emissão de passagens rodoviárias, incluindo a aquisição, marcação, cancelamento e remarcação de bilhetes intermunicipais e interestaduais, de forma a garantir a mobilidade de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social assistidas pela rede. O objeto está classificado sob o código CATMAT/CATSERV nº 25763, tendo como unidade de fornecimento a unidade (un), com a quantidade total estimada em 200 unidades.

A execução do serviço deverá observar as condições operacionais e administrativas estabelecidas pela

Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), garantindo a prestação conforme a regionalização das demandas e as particularidades dos atendimentos. O prestador deverá dispor de estrutura compatível com a complexidade do serviço, assegurando agilidade no atendimento, rastreabilidade das emissões, controle eficaz da utilização das passagens e disponibilidade para atuação em caráter emergencial, conforme demanda da gestão.

**Como requisito adicional**, a empresa contratada deverá comprovar experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação de serviços semelhantes de agenciamento de passagens rodoviárias, preferencialmente em âmbito público ou em programas sociais, mediante apresentação de atestados ou declarações de capacidade técnica. É fundamental que a contratada disponha de infraestrutura tecnológica adequada para o controle rigoroso das emissões, cancelamentos e remarcações de passagens, garantindo rastreabilidade, segurança e transparência nas operações. O prestador deverá assegurar ainda atendimento emergencial 24 horas, com equipe capacitada para o pronto atendimento de demandas imprevistas, assegurando a continuidade e agilidade na prestação do serviço aos beneficiários.

**Por fim**, a prestação deverá estar alinhada aos princípios da proteção social, da dignidade da pessoa humana e do respeito à condição de vulnerabilidade dos usuários, assegurando que o benefício seja acessado de forma célere e com o menor grau possível de burocracia, em consonância com os objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dessa forma, os requisitos da contratação priorizam não apenas a prestação técnica adequada do serviço, mas também sua conformidade com as diretrizes éticas e legais da política pública de assistência social.

### 3 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A CONTRATAR

A estimativa das quantidades a contratar foi elaborada com base no Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 47 (Doc. nº11610399), no Memorando nº 156 (Doc. nº 11548354) e na justificativa técnica apresentada pela Gerência de Proteção Social Básica (Doc. nº 11542346). A necessidade refere-se à contratação de empresa especializada para prestação de serviço de agenciamento de passagens rodoviárias, contemplando aquisição, marcação, cancelamento e remarcação de passagens, com vistas a garantir a continuidade da concessão do benefício eventual “Auxílio Passagem”.

A estimativa da demanda foi fundamentada na análise do histórico de consumo registrado no Sistema de Gestão de Benefícios Eventuais - SIGBE, que apontou a seguinte evolução no quantitativo de passagens emitidas: 59 unidades em 2022, 100 unidades em 2023 e uma projeção de 150 a 160 unidades para o ano de 2024, considerando os dados consolidados do primeiro bimestre de 2024. Observou-se uma média anual de aproximadamente 100 passagens entre 2022 e 2024, evidenciando uma tendência de crescimento sustentado da demanda.

Com base nessa trajetória ascendente, e diante da previsão de intensificação dos atendimentos sociais em 2025 — especialmente junto à população em situação de rua e demais contextos de vulnerabilidade temporária — estima-se a necessidade de contratação de 200 unidades do serviço para o exercício de 2025. Essa projeção também considera a inexistência de estoque atual disponível, reforçando a urgência e a integralidade da contratação. Além disso, foi adotada uma margem de segurança para atender possíveis oscilações ou imprevistos no volume de atendimentos, o que justifica a ampliação da estimativa além da projeção de 2024.

Portanto, a estimativa preliminar de quantidade para a contratação do serviço de agenciamento de passagens rodoviárias, cuja unidade de medida corresponde à emissão de uma passagem, é de 200 (duzentas) unidades. Esse quantitativo busca assegurar a cobertura adequada da demanda prevista, mantendo a regularidade na oferta do benefício eventual e evitando descontinuidade na política pública de proteção social básica implementada pela SEMCASPI.

### 4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

A contratação do serviço de agenciamento de passagens rodoviárias visa garantir a continuidade do benefício eventual “Auxílio Passagem”, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Lei Municipal nº 4.916/2016. O serviço atende a demandas da rede socioassistencial do município de Teresina, especialmente pessoas em situação de rua, migrantes em vulnerabilidade temporária e famílias em deslocamento forçado, que necessitam retornar à sua cidade de origem ou acessar serviços essenciais em outros municípios.

A **estimativa de contratação corresponde a 200 unidades de serviço**, cada uma referente à emissão de uma passagem intermunicipal ou interestadual. O número foi definido com base na análise histórica de consumo registrada no Sistema de Gestão de Benefícios Eventuais (SIGBE), que apontou crescimento sustentado da demanda: 59 passagens em 2022, 100 em 2023 e projeção de até 160 em 2024. Considerando essa tendência de alta, somada à inexistência de estoque atual de passagens e à necessidade de **margem de segurança para imprevistos**, fixou-se a contratação de 200 unidades para o exercício de 2025.

A contratação é **urgente e imprescindível**, em razão da **rescisão do Contrato nº 12/2020 em 30 de janeiro de 2025**, o que comprometeu a oferta do benefício e pode gerar descontinuidade no atendimento. Tal interrupção coloca em risco a política de proteção social básica do município, podendo acarretar desassistência, sobrecarga nos equipamentos públicos e responsabilização jurídica da Administração por omissão diante de um dever legal.

Frente à necessidade de garantir a continuidade do benefício “Auxílio Passagem”, foram analisadas diversas

alternativas para a contratação do serviço de agenciamento de passagens rodoviárias, com as seguintes conclusões: a execução direta pela Administração Pública mostrou-se inviável, pois exigiria que servidores públicos realizassem negociações, emissão, controle, remarcação e cancelamento de passagens com diversas empresas rodoviárias, o que acarretaria perda de eficiência, morosidade, burocracia e falta de flexibilidade para atendimentos emergenciais. Convênios com empresas públicas de transporte também foram descartados, uma vez que não possuem cobertura nacional nem oferecem a agilidade necessária para atender às demandas emergenciais de forma eficaz. Parcerias com ONGs ou instituições filantrópicas, apesar de fortalecerem a atuação em rede, não substituem a obrigação legal do Município e enfrentam limitações operacionais, financeiras e riscos jurídicos.

A contratação direta por meio de dispensa de licitação revelou-se inadequada, visto que o valor estimado de R\$ 96.532,00 ultrapassa os limites legais previstos no artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, além de a demanda ser contínua, exigindo uma solução estruturada, incompatível com contratações emergenciais isoladas. A inexigibilidade de licitação não se aplica, pois o serviço não é exclusivo e há pluralidade de prestadores aptos no mercado, mesmo que apenas uma empresa tenha apresentado proposta. O credenciamento também não é viável, dado que o serviço requer coordenação centralizada, controle único das emissões, rastreabilidade e atendimento imediato a emergências, características incompatíveis com o modelo de contratação simultânea e não-exclusiva do credenciamento. A Ata de Registro de Preços (ARP) mostrou-se inadequada, pois o objeto possui finalidade imediata, demanda previamente estimada e caráter emergencial, incompatíveis com a natureza eventual, futura e compartilhável do registro de preços. Por fim, a contratação indireta via organizações sociais (OS/OSCIP) foi descartada devido à inexistência de instrumentos de gestão vigentes com entidades aptas para a execução do serviço, além da urgência que impede a estruturação de novos termos de parceria ou convênios.

Foram realizadas diversas tentativas documentadas de contato com fornecedores, mas somente a empresa Primeira Classe Turismo LTDA apresentou proposta (Doc. nº 12411580), o que reforça a necessidade de justificar tecnicamente a contratação, mesmo tratando-se de serviço comum com possibilidade de ampla concorrência. O valor estimado para a contratação foi definido com base no Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 47 (Doc. nº 11610399), adotando como referência o valor unitário da passagem de R\$ 397,16 conforme o antigo Contrato nº 12/2020, acrescido das taxas de agenciamento regionais apresentadas pela empresa, conforme a distribuição histórica das passagens por região baseada nos dados do SIGBE (2022 a 2024), conforme Despacho GPSB nº 1783 (Doc. nº 12347678).

Região	Qtde de Passagens	Valor da Passagem (R\$)	Taxa de Agenciamento (R\$)	Valor Unitário Total (R\$)	Subtotal (R\$)
Norte	30	397,16	47,50	444,66	13.339,80
Nordeste	50	397,16	52,25	449,41	22.470,50
Centro-Oeste	40	397,16	76,00	473,16	18.926,40
Sudeste	50	397,16	109,25	506,41	25.320,50
Sul	30	397,16	152,00	549,16	16.474,80
Total	200	—	—	—	96.532,00

O valor total estimado para fins de instrução do processo é de R\$ 96.532,00 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais), correspondente à soma do custo das passagens (R\$ 79.432,00) e do custo dos serviços de agenciamento (R\$ 17.100,00).

Diante do exposto, foi escolhida a modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021, fundamentada na natureza comum do objeto, que possui especificações padronizadas, critérios objetivos de julgamento e ampla possibilidade de competição. Embora apenas uma empresa tenha respondido à pesquisa preliminar, o pregão eletrônico estimula a competitividade nacional, ampliando o universo de fornecedores potenciais. Além disso, essa modalidade oferece segurança jurídica, transparência e isonomia, permitindo maior publicidade e controle externo, em consonância com os princípios da impessoalidade e economicidade.

As demais modalidades foram consideradas inadequadas, pois alternativas como dispensa, inexigibilidade, credenciamento, ata de registro de preços e execução indireta mostraram-se tecnicamente inviáveis ou juridicamente incompatíveis com o caso concreto. Ressalta-se que a contratação é urgente e imprescindível, especialmente em razão da rescisão do Contrato nº 12/2020, em 30 de janeiro de 2025, fato que comprometeu a continuidade do benefício Auxílio Passagem, essencial para garantir o direito de mobilidade a pessoas em situação de vulnerabilidade social, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social, na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993) e na Lei Municipal nº 4.916/2016, que regulamenta os benefícios eventuais no município de Teresina.



A urgência da contratação encontra respaldo no princípio da continuidade do serviço público, previsto no art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração a obrigação de garantir a regularidade e ininterruptude dos serviços essenciais prestados à população. Assim, a contratação do serviço de agenciamento de passagens rodoviárias é imprescindível para assegurar que o benefício Auxílio Passagem continue sendo ofertado sem descontinuidade, evitando prejuízos aos usuários e riscos jurídicos ao município. A ausência dessa contratação comprometeria o acesso das pessoas a serviços essenciais e ao retorno à sua cidade de origem, podendo acarretar desassistência social, sobrecarga nas unidades socioassistenciais e riscos jurídicos diante da obrigação legal de conceder o benefício.

Por fim, considerando a natureza comum do objeto, com especificações padronizadas e possibilidade de competição, será adotada a modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021, a fim de garantir economicidade, transparência e isonomia no processo de contratação. Apesar do valor estimado estar abaixo do limite legal para dispensa de licitação, o pregão eletrônico assegura maior competitividade e segurança jurídica, alinhando-se à urgência e necessidade da contratação. Portanto, diante da urgência da demanda, da inviabilidade das demais alternativas, da padronização do objeto e da necessidade de garantir eficiência, publicidade e legalidade, a modalidade Pregão Eletrônico mostra-se a única juridicamente adequada e tecnicamente segura, em consonância com os princípios da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e com o interesse público.

## **5 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base nas cotações de preços obtidas no mercado e encaminhadas à área requisitante, considerando serviços com especificações técnicas compatíveis às necessidades operacionais da Gerência de Proteção Social Básica (GPSB), da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCAPI). A composição estimada dos custos inclui o serviço de agenciamento de passagens rodoviárias e o valor das passagens propriamente ditas.

O valor unitário estimado para as passagens rodoviárias é de R\$ 397,16, obtido por meio de média ponderada que considerou os preços praticados nas diferentes regiões atendidas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Essa média foi calculada com base na distribuição histórica da quantidade de passagens emitidas para cada região, buscando refletir de forma precisa e transparente o custo médio, evitando distorções provenientes de valores isolados ou desproporcionais.

O custo total estimado para as 200 passagens é de R\$ 79.432,00. Além disso, o serviço de agenciamento — que engloba aquisição, marcação, remarcação e cancelamento das passagens — foi orçado em R\$ 17.100,00. Esse valor corresponde às taxas apresentadas pela única empresa consultada, Primeira Classe Turismo LTDA, e reflete variações regionais e a complexidade do serviço, incluindo suporte técnico qualificado e atendimento emergencial 24 horas. Ressalta-se que este valor é variável e poderá sofrer ajustes conforme o volume e a distribuição das passagens, bem como alterações de mercado.

Dessa forma, o valor total estimado para a contratação é de R\$ 96.532,00 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais), compatível com os preços praticados no mercado para os serviços e regiões envolvidas. Destaca-se que este montante ultrapassa o limite para dispensa de licitação por valor, conforme o inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, o que exige a realização de procedimento licitatório adequado, como o pregão eletrônico, garantindo agilidade, transparência e conformidade jurídica.

## **6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A presente contratação tem por objetivo a prestação do serviço de agenciamento de passagens rodoviárias, destinado ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, no âmbito da política de benefícios eventuais prevista na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essa medida visa garantir o direito à mobilidade em situações de risco social, abandono, desabrigo ou necessidade de retorno ao núcleo familiar, como forma de proteção social básica, sob a gestão da Gerência de Proteção Social Básica (GPSB), da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCAPI).

A solução proposta foi elaborada a partir de diagnóstico técnico-operacional realizado pelas equipes responsáveis, que identificaram a necessidade urgente e contínua de assegurar a emissão de passagens intermunicipais e interestaduais de forma célere, segura e centralizada. A contratação de empresa especializada em agenciamento de passagens rodoviárias é imprescindível para garantir a padronização, rastreabilidade e a gestão adequada do benefício, especialmente por meio da integração com o Sistema de Gestão de Benefícios Eventuais (SIGBE).

Alternativas à contratação, como aquisição direta junto às empresas rodoviárias, parcerias com entes públicos de transporte, convênios com instituições do terceiro setor e o uso do instituto do comodato, foram devidamente avaliadas e descartadas por razões técnicas, operacionais e legais. A aquisição direta implicaria em esforço burocrático excessivo e ausência de padronização; parcerias e convênios não atenderiam à agilidade, abrangência e flexibilidade exigidas; e o comodato não se adequa à natureza do serviço requerido.

Considerando o valor total estimado da contratação, de R\$ 96.532,00 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais), superior ao limite para dispensa de licitação previsto no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, optou-se pela realização de licitação via pregão eletrônico, assegurando transparência, competitividade e economicidade.

O objeto abrange o serviço de agenciamento de passagens rodoviárias, incluindo consulta, reserva, emissão, cancelamento e remarcação conforme demanda da GPSB, com quantidade estimada de 200 (duzentas)

unidades, considerando variações regionais nas taxas e preços das passagens.

Para ilustrar a importância do serviço, destaca-se que as passagens são frequentemente utilizadas para possibilitar o retorno seguro de pessoas em situação de rua às suas cidades de origem, viabilizar a reintegração familiar e garantir o acesso a serviços essenciais, evitando a permanência prolongada em situações de vulnerabilidade.

Além disso, serão estabelecidos mecanismos rigorosos de controle e fiscalização da execução contratual, incluindo atendimento emergencial 24 horas, comprovação documental da capacitação técnica da contratada e aplicação de penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 para falhas na prestação do serviço, assegurando o cumprimento dos prazos e a qualidade no atendimento.

Dessa forma, a contratação garantirá a continuidade do benefício eventual “Auxílio Passagem”, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, razoabilidade e interesse público.

## **7 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

A contratação não será parcelada, uma vez que o objeto — prestação de serviço de agenciamento de passagens rodoviárias — é único, indivisível e contínuo, devendo ser executado de forma integrada e centralizada. A fragmentação desse serviço comprometeria a padronização do atendimento, dificultaria o controle operacional e financeiro, além de inviabilizar a gestão unificada via Sistema de Gestão de Benefícios Eventuais (SIGBE), ferramenta oficial utilizada pela Gerência de Proteção Social Básica (GPSB) da SEMCASPI.

Além disso, o parcelamento poderia resultar em impacto negativo direto para os usuários finais, gerando atrasos no atendimento, inconsistências na emissão das passagens, dificuldades na resolução rápida de demandas emergenciais e aumento do risco de falhas na prestação do serviço. A dispersão entre múltiplos fornecedores também dificultaria a coordenação das ações, essencial para garantir a eficiência e a continuidade do benefício “Auxílio Passagem”.

Do ponto de vista econômico, a contratação fracionada não traria ganhos reais de economicidade, podendo acarretar aumento dos custos operacionais devido à multiplicidade de contratos, maior necessidade de supervisão e perda da escala de negociação. Uma análise preliminar indica que a contratação em lote único favorece a redução de custos indiretos e possibilita maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

Tal decisão está em consonância com o caput do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que orienta a atuação administrativa baseada em critérios técnicos e no atendimento ao interesse público, bem como nos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

Por fim, considerando que o valor total estimado da contratação, R\$ 96.532,00 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais), ultrapassa o limite para dispensa de licitação, o procedimento será realizado por meio de pregão eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência, competitividade e conformidade jurídica.

Assim, a contratação em lote único configura a alternativa mais eficaz, eficiente e vantajosa para a Administração Pública, assegurando o pleno atendimento das necessidades da população em situação de vulnerabilidade social e o respeito aos princípios da economicidade, eficiência, continuidade e razoabilidade.

## **8 - MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA**

Diante do exposto e com base na análise técnica realizada, manifesta-se pela viabilidade da contratação por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, para a prestação do serviço contínuo de agenciamento de passagens rodoviárias, destinado à operacionalização do benefício eventual “Auxílio Passagem”, no âmbito da Gerência de Proteção Social Básica (GPSB) da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI).

Recomenda-se que o modo de disputa seja preferencialmente o “aberto”, nos termos do §1º do art. 33 da Lei nº 14.133/2021, dada a natureza comum do objeto e a busca pela obtenção da proposta mais vantajosa. Contudo, admite-se a adoção do modo de disputa “aberto e fechado”, caso a área técnica, em momento oportuno, fundamente essa escolha com base em aspectos estratégicos, sensibilidade comercial ou dinâmica do mercado, conforme previsto no §2º do mesmo artigo.

A solução proposta encontra-se devidamente justificada técnica e operacionalmente, pois atende a uma necessidade pública concreta e urgente, essencial para a continuidade de política pública obrigatória no campo da assistência social; configura serviço comum, com critérios de execução padronizados e objetivamente definidos; apresenta valor estimado de R\$ 96.532,00 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais), superior ao limite para dispensa de licitação, exigindo procedimento licitatório; demonstra que a contratação em lote único é mais vantajosa sob os aspectos da economicidade, controle e eficiência administrativa; e considera alternativas como credenciamento, adesão a atas de registro de preços, convênios ou parcerias, as quais foram analisadas e descartadas por serem inadequadas ou inviáveis.

Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do processo licitatório, condicionado à juntada das cotações de preços obtidas no mercado, as quais deverão fundamentar a justificativa da vantajosidade da proposta e a compatibilidade dos valores com os praticados. Após essa etapa, deverá ser elaborada a minuta contratual e os demais documentos necessários para a contratação, garantindo legalidade, razoabilidade e atendimento ao interesse público. Adicionalmente, sugere-se que o processo considere a previsão de um plano de mitigação para eventuais imprevistos durante a licitação, tais como baixa adesão de fornecedores ou necessidade de

retificação do edital, bem como o estabelecimento de mecanismos de monitoramento pós-contratação, com indicadores claros e fiscalizações periódicas, a fim de assegurar a continuidade, qualidade e eficiência do serviço prestado.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane e Silva Nogueira Lima, Secretária Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas**, em 05/09/2025, às 11:09, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Tristão de Paiva Neto, Gerente Administrativo**, em 06/10/2025, às 09:59, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **11721145** e o código CRC **0F65C28B**.

**Referência:** Processo nº 00049.001454/2025-39

SEI nº 11721145

Rua Álvaro Mendes, 861 - Bairro Centro - - CEP 64000-060 - Teresina - PI  
- <http://semcaspi.teresina.pi.gov.br/>